



**ASSIM
COMEÇOU
O SOCIALISMO**

**L. MÁLICHEVA,
A. VARIOKHA**

**A Criação
da Base
Industrial
do Socialismo**

Edição Ilustrada Progresso

**ASSIM
COMEÇOU
O SOCIALISMO**

**L. MÁLICHEVA,
A. VARIOKHA**

A Criação da Base Industrial do Socialismo



Tradução de *I. Chaláguina*

А. Варёха, Л. Малышева

СОЗДАНИЕ ИНДУСТРИАЛЬНОЙ БАЗЫ СОЦИАЛИЗМА

на португальском языке

No livro fala-se das premissas e condições, do conteúdo e resultados da industrialização na URSS, expõem-se os traços característicos e etapas fundamentais do desenvolvimento industrial do Estado soviético. Mostra-se também a diversidade das particularidades nacionais e os principais traços comuns na atitude dos países de orientação socialista para com a construção industrial, o significado da colaboração desses países com a União Soviética para a consolidação da sua independência e do progresso económico.

© Издательство «Прогресс», 1985
Tradução para o português
Edições Progresso, 1985
Impresso na URSS

B 0505030103-402 199 -85
014(01)-85

INTRODUÇÃO

Ao derrubar os regimes coloniais, os povos da Ásia, África e América Latina eliminaram um enorme obstáculo que lhes barrava o caminho da liberdade e do progresso social, mas não conseguiram libertar-se por completo da dependência económica em relação às potências coloniais. A grande maioria dos jovens Estados continuam ainda a ser economicamente atrasados, a estar na dependência financeira do mundo imperialista e amarrados aos mercados do Ocidente.

Por isso, os países libertados dirigem os seus esforços principalmente para superar o atraso, conseguir a independência económica e acabar com a sua situação de desigualdade no sistema da economia capitalista mundial. Para tal é necessário realizar a industrialização que permitirá criar a grande indústria mecânica moderna capaz de colocar numa nova base técnica todos os ramos da economia nacional, elevar a produtividade do trabalho e acabar com a depen-

dência dos jovens Estados em relação às potências imperialistas fornecedoras dos produtos industriais.

Todos os países em vias de desenvolvimento reconhecem a necessidade de criar a sua própria indústria. A maioria elaborou e começou a executar programas nacionais de industrialização. Cada país elabora os programas e determina o ritmo de desenvolvimento industrial conforme as suas condições internas e externas específicas: o nível de desenvolvimento e a estrutura da economia nacional, o número de habitantes e a superfície, os recursos energéticos e de matérias-primas, a força de trabalho e os capitais, a capacidade do mercado interno e as perspectivas do mercado externo, etc. Além dos factores económicos e climatérico-naturais, no desenvolvimento industrial influem também os factores sócio-políticos: o carácter do poder, a correlação de forças de classe no país, a orientação do desenvolvimento social: capitalista ou socialista. A experiência dos jovens Estados mostra que a industrialização nos países de desenvolvimento capitalista e nos Estados de orientação socialista se diferenciam essencialmente pelas suas formas e métodos de realização prática e, principalmente, pelos seus objectivos e resultados finais.

Nos países que escolheram o caminho de desenvolvimento socialista, devido à realização das transformações económico-sociais progressistas, criam-se as condições necessárias para o desen-

volvimento das forças produtivas, para a participação activa de todas as camadas da população na execução dos planos de desenvolvimento económico e para pôr término à exploração e à desigualdade gritante entre a pequena elite e a grande maioria da população. Apesar do baixo nível de desenvolvimento económico e das possibilidades muito limitadas, estes países traçam e realizam um conjunto de medidas para acabar com a miséria e melhorar as condições de vida das amplas camadas da população.

A situação é diferente nos países de desenvolvimento capitalista. Embora em alguns deles a produção industrial cresça a ritmos bastante altos, os elevados índices económicos são acompanhados do aumento da miséria e da desigualdade na distribuição do rendimento. Os resultados da industrialização são utilizados no interesse de uma camada reduzida da população em detrimento das grandes massas trabalhadoras. Intensifica-se a exploração destes países pelo capital monopolista.

A própria prática da construção industrial dos países em vias de desenvolvimento demonstra que o modelo capitalista de industrialização é inaceitável nas condições actuais. Ao mesmo tempo, os êxitos obtidos pelos países de orientação socialista na consolidação da sua independência económica confirmaram completamente a justeza desta linha e a sua correspondência às necessidades vitais dos jovens Estados soberanos.

A passagem para o caminho de desenvolvimento socialista de um número cada vez maior de jovens Estados condiciona a actualidade particular da experiência da construção industrial na URSS e a possibilidade da sua utilização na transformação da estrutura atrasada da economia dos países libertados. A experiência do desenvolvimento económico da URSS, o primeiro país socialista que, num curto período de tempo, percorreu o caminho do atraso agrário até ao poderio industrial, indica aos povos o modo como acabar para sempre com o jugo económico e social.

Os cientistas burgueses procuram deturpar a essência, os objectivos e as consequências sociais da industrialização socialista na URSS e demonstrar que a sua experiência é inadmissível nos países em vias de desenvolvimento. Entretanto, a experiência soviética de industrialização tem um valor indubitável para os jovens Estados, pode ser aproveitada muita coisa útil, assim confirma a prática da construção industrial dos países em vias de desenvolvimento, porque as condições económicas e sociais da Rússia na véspera da Revolução de Outubro eram relativamente semelhantes à situação actual dos países em vias de desenvolvimento.

CAPÍTULO I

O PLANO LENINISTA DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA RÚSSIA

Lénine foi o primeiro a fundamentar cientificamente a política de industrialização do país e a sua necessidade na edificação da sociedade socialista. Baseando-se nas leis objectivas do aparecimento e desenvolvimento das formações económico-sociais, Lénine demonstrou que a sociedade socialista que vem em substituição do capitalismo vencerá, porque é capaz de criar forças produtivas superiores às do capitalismo.

A industrialização do país é uma parte integrante do plano leninista de edificação do socialismo na URSS. Guiando-se pelas ideias e indicações de Lénine, o partido comunista e o Governo soviético elaboraram a estratégia de transformação da Rússia numa potência industrial que se realizou com êxito.

1. As condições em que a Rússia Soviética começou a construção industrial

Nos fins do século XIX e começos do século XX, a economia da Rússia czarista desenvolvia-se a ritmos bastante acelerados. No entanto, na

véspera da Revolução de Outubro, a Rússia era um país subdesenvolvido em comparação com as principais potências industriais. A maioria esmagadora da população trabalhava na agricultura, onde predominava a pequena economia mercantil e patriarcal, ou seja, em grande parte natural. Como dizia Lénine, a Rússia era um país de pequenos camponeses. Na indústria trabalhava menos de 10% da população activa. Mas também na indústria, a par da grande produção capitalista existia um grande número de pequenas produções mercantis e de pequenos produtores. Às pequenas empresas correspondia 32% da produção industrial bruta, cabendo-lhes 13,2% do fabrico dos meios de produção e 41,5% dos bens de consumo. Os artesãos produziam para as camadas pobres da população vestuário, calçado e instrumentos de trabalho rudimentares para a economia doméstica. Para os ricos produziam objectos de luxo, artigos artísticos de madeira, pedra, metais, etc.

Alguns tipos de produtos industriais só se fabricavam nas pequenas empresas. Por exemplo, 90-99% da produção de carros, calçado e vestuário e 80-90% de botas de feltro, carvão vegetal, barris e móveis concentrava-se nas pequenas empresas. A moagem, a panificação e o fabrico de jóias cabiam fundamentalmente (60-70%) às pequenas empresas. Os produtos da indústria artesanal eram importantes artigos de exportação.

A produção industrial por habitante era na

Rússia muitas vezes inferior à dos países capitalistas desenvolvidos. A produtividade de trabalho na indústria russa era 9 vezes inferior à dos EUA, 4,7 vezes inferior à da Inglaterra e Alemanha e 3,3 vezes inferior à da França. O atraso notava-se também no apetrecho técnico da indústria. Referindo-se a este facto, Lénine escrevia em 1913 que a Rússia continua a ser um país atrasado “equipado com instrumentos de produção modernos quatro vezes pior que a Inglaterra, cinco vezes pior que a Alemanha e dez vezes pior que os EUA”¹.

A estrutura da indústria da Rússia era típica de um país subdesenvolvido: às indústrias têxtil e alimentar juntas correspondia mais de metade (51,8%) da produção industrial bruta. Nestes dois ramos, o número de operários era quase o mesmo que na extracção de minerais, fundição, construção de máquinas, indústrias química, de cimento, de vidro, de tijolos e outras produções tomadas em conjunto.

É de notar ainda a distribuição muito desigual da indústria na Rússia. A produção industrial concentrava-se na região central, contígua à capital do país, e em algumas outras regiões ricas em minerais.

O atraso da indústria e da economia em geral reflectia-se nitidamente na estrutura do comércio externo. A Rússia exportava principalmente

¹ V. I. Lénine. *Obras Completas*, 5.^a ed. em russo, t. 23, p. 360.

para os países da Europa Ocidental e os EUA matérias-primas (madeira, linho, couro, peles) e importava produtos industriais.

No desenvolvimento económico da Rússia czarista, o papel do capital estrangeiro era muito considerável. Os capitalistas estrangeiros concediam empréstimos e investiam capitais na indústria. Pelo volume de capital exportado para a Rússia estava no primeiro lugar a França e depois dela a Inglaterra, a Alemanha e os EUA. Uma parte dos lucros obtidos reinvestia-se na indústria, mas a maior parte era retirada da Rússia. Em 26 anos pré-revolucionários, os lucros dos capitalistas estrangeiros eram maiores do que os capitais investidos.

Ao longo de muitos anos a Rússia czarista tinha grandes dívidas tanto internas como externas. Em certos anos, estava no segundo lugar no mundo pela dívida pública e no primeiro pelas despesas com o pagamento de juros. Na véspera da revolução de Outubro de 1917, a dívida pública da Rússia era de 43 mil milhões de rublos, correspondendo 15 mil milhões de rublos à dívida externa.

Esta é uma característica breve da economia da Rússia no período pré-revolucionário. Terminada a guerra civil, quatro anos depois da revolução (1921), a indústria estava no mesmo nível que nos anos 50 do século XIX, ou seja, no nível inicial do seu desenvolvimento. Mesmo a indústria que se conseguiu criar até 1913 foi quase totalmente destruída em consequência da

Primeira Guerra Mundial, da intervenção estrangeira e guerra civil. A produção da indústria pesada diminuiu aproximadamente 5 vezes e a de toda a indústria cerca de 3 vezes. Foram sobretudo atingidas a metalurgia, a construção de máquinas e a produção de combustíveis. Nos anos da intervenção estrangeira e da guerra civil foi destruído cerca de um terço do património nacional. Só em 1927, o país conseguiu alcançar o nível de produção industrial anterior à guerra. No entanto, a sua parte no produto interno bruto continuava a ser tão insignificante como em 1913. O estado da economia da Rússia Soviética era extraordinariamente difícil: o declínio geral das forças produtivas, a grande carência de produtos de primeira necessidade e falta das matérias-primas para a indústria. As dificuldades agravavam-se pelo cerco hostil dos Estados capitalistas. Procurando sufocar o Estado soviético, as potências imperialistas organizavam conspirações e acções subversivas e estabeleceram o bloqueio económico. Dentro do país também havia muitos inimigos, oportunistas de todo o tipo, trotskistas, etc.

Por isso, a tarefa da jovem Rússia soviética consistia em sobreviver, defender a sua soberania e conseguir a independência e igualdade no sistema dos Estados capitalistas industrialmente desenvolvidos.

O mesmo objectivo coloca-se perante os países libertados que atravessaram a época inteira do colonialismo.

Os jovens Estados herdaram do colonialismo uma economia atrasada, dependente e deformada, especializada na produção agrícola e de matérias-primas. Por outras palavras, as potências capitalistas envolveram-nos na divisão internacional do trabalho como fornecedores de matérias-primas minerais e agrícolas. A massa fundamental da população dos países em vias de desenvolvimento vive no campo. Na agricultura trabalha de 70 a 90% da população activa. Na estrutura da sua economia enorme papel cabe à pequena produção mercantil e semina-tural. Na indústria de transformação destes países, as pequenas empresas constituem actualmente mais de 90%. O domínio da pequena produção com uma base técnica primitiva determina a diferença colossal entre os níveis de desenvolvimento das forças produtivas dos países que se libertaram e os países industrialmente desenvolvidos.

A situação de diversos países em vias de desenvolvimento também é, naturalmente, diferente.

Porém o principal não é o nível de produção, mas o grande atraso dos jovens Estados em relação aos países capitalistas industriais na produtividade do trabalho: 5-7 vezes na indústria e 20-25 vezes na agricultura.

As grandes dificuldades com que deparam os países libertados no caminho da industrialização devem-se também às posições fortes que têm ainda na sua economia os monopólios estran-

geiros. Estes países continuam a ser objecto da exploração neocolonial e esfera de aplicação dos capitais das potências imperialistas. A política económica dos monopólios estrangeiros consiste em manter os países em vias de desenvolvimento no sistema de economia capitalista mundial. “O fortalecimento da independência dos países libertados não convém aos imperialistas—assinalava-se no XXVI Congresso do PCUS.—Procuram ligar a si estes países por milhares de meios e processos, a fim de disporem mais livremente das suas riquezas naturais, utilizarem os seus territórios para fins estratégicos”. As crescentes dívidas externas dos países em vias de desenvolvimento são testemunho da sua situação dependente. A dívida externa total dos jovens Estados constituía 18 mil milhões de dólares em 1960, 74 em 1970, 456 em 1980 e 600 mil milhões de dólares em 1982. A difícil situação financeira agrava-se com o rápido aumento dos pagamentos anuais das dívidas, juros e dividendos. Em 1980, estes pagamentos constituíram cerca de 90 mil milhões de dólares e em 1982, já cerca de 130 mil milhões de dólares, ou seja, um pouco menos do que os países em desenvolvimento tinham recebido como empréstimos estatais e privados. Para saldar as dívidas gasta-se uma parte cada vez maior das entradas de divisas e alguns países menos desenvolvidos encontram-se agora na situação de eternos devedores.

Sem dúvida, as condições actuais específicas

e, em particular, a época da revolução técnico-científica, permitem aos países em desenvolvimento concentrar os seus esforços na introdução das realizações modernas da ciência e técnica na economia nacional sem gastar recursos para a criação dos ramos pouco eficientes do ponto de vista económico. No entanto, a realização desta possibilidade e as tentativas dos países libertados de assegurar a industrialização acelerada encontram sérios obstáculos.

Como se sabe, nos últimos decénios, a produção concentra-se cada vez mais nas grandes empresas industriais altamente mecanizadas e automatizadas. Isto faz aumentar consideravelmente o consumo de capitais e o valor de um posto de trabalho. E os países libertados, exceptuando os países exportadores de petróleo, não dispõem de grandes recursos financeiros. Além disso, as empresas modernas requerem um número pequeno de operários, enquanto 30% da população activa dos países em vias de desenvolvimento são vítimas do desemprego e do subemprego. A revolução técnico-científica apresenta elevadas exigências aos operários, engenheiros e gerentes. E são precisamente os especialistas de alta qualificação que fazem falta aos países libertados.

As particularidades expostas da situação actual dos países da Ásia, África e América Latina mostram que, além dos traços específicos do seu desenvolvimento, existem muitos rasgos que assemelham as suas condições sócio-

-económicas à situação económica da Rússia Soviética nos primeiros anos de sua existência.

2. As ideias leninistas sobre a industrialização socialista

V. I. Lênine elaborou o plano de desenvolvimento da economia socialista e de industrialização do país, baseando-se numa análise profunda da situação sócio-económica da Rússia. O programa leninista de industrialização socialista da Rússia tinha por base a ideia sobre a criação da grande indústria mecânica. Isto era especialmente importante, segundo Lênine, para um país economicamente atrasado como a Rússia. Sem uma grande indústria altamente organizada, dizia Lênine, nem se podia falar do socialismo em geral e muito menos em relação a um país camponês¹.

Ao desenvolver a ideia sobre a criação da grande indústria, Lênine realçou e fundamentou o papel decisivo da indústria pesada na criação da base técnico-material do socialismo. Pois só com base no incremento da indústria pesada era possível colocar todos os ramos da economia, incluindo a agricultura, numa nova base técnica.

Ao falar da criação da grande indústria, Lênine dava grande importância ao progresso técnico-científico e à introdução ampla das con-

¹ Ver: V. I. Lênine. *Obras Completas*, t. 43, pp. 305-306.

quistas da ciência nacional e estrangeira na produção industrial. Por sua vez, a indústria era capaz de estender o progresso técnico-científico a outros ramos da economia nacional. O papel importante da indústria consiste precisamente na aplicação dos métodos modernos de produção em todos os ramos da economia.

Além disso, a indústria pesada moderna devia assegurar o alto nível de produtividade do trabalho. E, como dizia Lênine, a produtividade do trabalho “é, em última análise, o mais importante, o principal para a vitória do novo regime social. O capitalismo pode ser definitivamente vencido e será definitivamente vencido porque o socialismo cria uma nova produtividade do trabalho muitíssimo mais elevada”¹.

Lênine ligava a criação da grande indústria à electrificação da Rússia, a qual considerava como condição mais importante para o desenvolvimento com êxito da indústria, dos transportes, da agricultura e de outros ramos. A energia eléctrica era necessária não só à produção industrial, como também à população. Por iniciativa e sob a direcção de Lênine foi elaborado o plano de electrificação do país (o plano GOELRO), o primeiro plano a longo prazo de desenvolvimento económico da República soviética.

O plano leninista de industrialização baseava-se na análise tanto da situação interna,

como externa do Estado soviético que se encontrava num cerco capitalista. Por isso, tomava-se em conta a necessidade vital de fortalecer a capacidade de defesa do País soviético e de assegurar a sua independência económica. No plano indicava-se que o Estado soviético deve desenvolver a sua economia nacional, apoiando-se principalmente nas suas próprias forças e recursos, e conseguir o auto-abastecimento de matérias-primas e produtos industriais fundamentais.

Com este objectivo foi decidido criar e desenvolver com as suas próprias forças a energética e todos os ramos fundamentais da grande indústria e em primeiro lugar a metalurgia, a construção de máquinas, a indústria química e outros ramos. A metalurgia devia ser a base da construção de máquinas que, como se sabe, produz as máquinas e equipamentos necessários para outros ramos industriais. Com base na construção mecânica desenvolvida planeava-se efectuar a modernização técnica da construção civil, agricultura, transportes, comunicações, comércio e elevar a eficácia da esfera improdutiva.

A orientação para o desenvolvimento independente da indústria não significava o isolamento do país em relação ao mercado mundial e a recusa a desenvolver as relações económicas mutuamente vantajosas com os Estados capitalistas. Uma particularidade das relações económicas da União Soviética com os Estados capitalistas de-

¹ V. I. Lênine. *Obras Escolhidas*, t. 3, pp. 154-155.

envolvidos, que conserva a sua actualidade para os países libertados, era a atracção do capital estrangeiro através das concessões.

Ao resolver a questão sobre as condições da atracção do capital estrangeiro para a Rússia soviética, que tinha a mesma necessidade premente em divisas como a têm hoje os países libertados, Lénine admitia a possibilidade de atrair firmas capitalistas estrangeiras e até pagar um certo “tributo” ao capital estrangeiro, considerando-o um meio auxiliar para fortalecer a economia multiestruturada do país. Mas considerava-se tudo isto uma medida temporária. Lénine propôs tomá-la nas condições da ditadura do proletariado, mantendo este firmemente o poder nas suas mãos. A principal condição das concessões foi a conservação da soberania do Estado e dos direitos deste sobre o território das concessões.

Ao elaborar o plano de industrialização socialista, Lénine dedicava especial atenção à multiplicidade das estruturas económicas que caracterizava a economia do país no período de transição do capitalismo para o socialismo. Destacava as seguintes estruturas económicas: economia patriarcal, pequena produção mercantil, capitalismo privado, capitalismo de Estado e socialismo. As fundamentais eram a socialista, a pequena produção mercantil e a capitalista, e as forças de classe fundamentais eram a classe operária, a pequena burguesia (particularmente, os camponeses) e a burguesia. A estrutura so-

cialista surgiu depois da vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro como resultado da nacionalização das grandes empresas industriais, dos transportes, dos meios de comunicação e dos bancos e do estabelecimento do monopólio estatal do comércio externo, consolidava cada vez mais as suas posições e tornava-se paulatinamente fundamental e predominante pelo seu peso na economia. O desenvolvimento da indústria socialista criava condições em que não podia existir nem surgir a burguesia.

Ao mesmo tempo, no país continuava a existir um grande número de pequenos produtores privados, sobretudo no campo. O Poder Soviético não nacionalizou a propriedade dos camponeses por razões políticas e económicas. A nacionalização debilitaria e destruiria a aliança da classe operária e do campesinato e levaria à passagem dos camponeses para o lado dos inimigos do proletariado. Isto não se podia admitir.

Por isso Lénine dedicava grande atenção às relações entre a grande propriedade socialista e a pequena produção mercantil camponesa. Ligava à industrialização a solução com êxito do problema mais complicado daquele período: a transformação socialista da agricultura, a união das pequenas explorações camponesas em grandes unidades colectivas de produção. Esta era imposta por causas objectivas.

Em primeiro lugar, a partilha das terras dos latifundiários nos primeiros anos da República dos Sovietes, que foi naquele período uma me-

dida necessária do novo poder, provocou a fragmentação das explorações camponesas e a diminuição da sua produtividade. Lénine considerava que só a passagem para “a grande agricultura colectiva, mecanizada”¹, que tem grandes vantagens sobre as explorações individuais, poderia assegurar o aumento da produtividade do trabalho agrícola. O desenvolvimento da grande indústria mecanizada assegurava condições necessárias para prestar uma ajuda técnica e económica aos camponeses e criava a base técnico-material para a organização das cooperativas no campo. A utilização de máquinas e de adubos e a realização dos trabalhos de irrigação e de melhoramento do solo permitiriam aumentar substancialmente a produtividade da agricultura: aumentar a produção de cereais e de outras culturas, diminuindo ao mesmo tempo os gastos de trabalho.

Em segundo lugar, para realizar a industrialização era necessária uma afluência considerável da mão-de-obra do campo, onde esta havia em excesso, para a indústria e a construção civil. Isto só se podia conseguir mediante uma política especial do Estado, abrangendo a população agrícola com a planificação estatal através das cooperativas.

Em terceiro lugar, a industrialização e a necessidade vital de fortalecer a capacidade de defesa da URSS, que construía o socialismo

¹ V. I. Lénine. *Obras Escolhidas*, t. 3, p. 364.

nas condições do cerco capitalista, exigiam dos camponeses, assim como de todo o povo soviético, certos sacrifícios materiais. A colectivização das explorações camponesas permitiu aumentar consideravelmente o afluxo dos meios do sector agrícola para o financiamento do programa de industrialização. É de notar especialmente que as invencionices dos ideólogos burgueses de que a industrialização na URSS foi realizada à custa dos camponeses não têm nenhum fundamento. Certas limitações e dificuldades materiais sofriam no período da industrialização não só os camponeses, mas também os operários e os intelectuais, ou seja, todas as camadas da população da União Soviética. “*A industrialização — diz-se no Programa do PCUS — é uma grande proeza da classe operária, de todo o povo que não poupava esforços nem meios e estava conscientemente disposto a aceitar os sacrifícios para tirar o país do atraso*”¹.

Lénine dedicava também atenção à transformação socialista da pequena indústria. Tentava-se colocar a pequena indústria sob a influência dos organismos estatais e das cooperativas, cooperativizar e unir paulatinamente os pequenos produtores e artesãos, integrando-os na edificação do socialismo. A socialização da produção na pequena indústria realizava-se não só mediante o agrupamento dos pequenos pro-

¹ *Programa do Partido Comunista da União Soviética*, Edições Progresso, Moscovo, ed. em português, 1976, p. 16.

dutores em sociedades de produção, como também organizando as cooperativas de produção na base dos equipamentos e dos bens das empresas estatais inactivas.

O plano leninista de industrialização permitia liquidar o desemprego herdado pela jovem república do capitalismo. Tencionava-se ocupar a população activa inicialmente na construção de empresas e depois na sua exploração. A participação no trabalho constante significava a obtenção das profissões operárias e, portanto, a elevação do nível profissional, cultural e material da população. A atracção da população activa ao trabalho tinha também outras consequências positivas profundas que só se notaram passados alguns anos e se manifestaram na mudança paulatina da estrutura social da sociedade: a redução da população agrícola e o aumento do número de trabalhadores ocupados na indústria, da classe operária e da intelectualidade. A população concentra-se pouco a pouco nas cidades e nos sectores da economia mais eficazes e produtivos.

O plano de industrialização previa chamar ao trabalho a população adulta, incluindo os ex-capitalistas, latifundiários, burgueses e membros das suas famílias, muitos dos quais tinham instrução, mas nunca trabalharam. Foi lançada a palavra de ordem “quem não trabalha, não come”. Na Rússia soviética começou a criar-se o culto do trabalho, o trabalho para o povo, em nome dos objectivos luminosos do socialismo e do comu-

nismo. A política do Estado foi orientada para que o cidadão trabalhador fosse por todos respeitado e rodeado de cuidados e atenções. Foram elaboradas e realizadas diversas formas de estímulo do trabalho.

Uma direcção importante da política de plena ocupação, cuja necessidade indicava Lénine e que representa grande interesse para os países em vias de desenvolvimento, era a ajuda e apoio à pequena indústria local. Completando as grandes empresas estatais, ela ajudava a diminuir o desemprego e a acabar com o défice de mercadorias.

O plano de industrialização previa a distribuição racional das forças produtivas no país. Planeava-se construir empresas industriais nas regiões que tinham força de trabalho excedente, matérias-primas e um mercado suficiente para a venda de produtos.

A criação de novas grandes empresas era coordenada com a construção de novos povoados e cidades que deveriam ser focos de cultura, centros de formação da sociedade em que todos trabalhem e estejam unidos pelos interesses comuns da produção e pelo lugar de residência. Novas cidades significavam novos estabelecimentos de saúde pública, escolas, bibliotecas, estádios, estabelecimentos infantis.

Importante parte integrante do plano leninista de edificação do socialismo na URSS era a elevação do nível de desenvolvimento económico das repúblicas da União Soviética e a

liquidação do seu atraso económico e cultural. A industrialização das repúblicas soviéticas orientais fazia parte do programa geral de criação da grande indústria e de electrificação do país. A construção industrial devia ser realizada tendo em conta o nível de desenvolvimento económico de cada república, a estrutura sectorial da sua economia, a disponibilidade de matérias-primas e recursos energéticos, a especialização histórica e outros factores.

A formação de focos industriais e a construção de centrais eléctricas nas repúblicas nacionais significava criar condições para garantir a igualdade de facto de todos os povos que habitam a União Soviética. Em última instância, tudo isto é uma vida nova que aproveita todos os benefícios da civilização.

Lénine, ao falar da industrialização do país, dedicava grande atenção à elevação do nível profissional dos operários, do nível cultural dos trabalhadores e ao desenvolvimento da ciência e da cultura. Acentuava que para criar uma base técnica avançada da economia nacional assente na grande indústria, energética e outros ramos, são precisos trabalhadores cultos e instruídos. Por isso a par da industrialização do país e da colectivização da agricultura, o plano leninista de edificação do socialismo na URSS previa também a revolução cultural.

Diferentemente da industrialização capitalista, cujo objectivo era obter os lucros máximos mediante a intensificação da exploração dos tra-

balhadores e a espoliação das colónias e países dependentes, o plano leninista de industrialização visava assegurar o bem-estar e o desenvolvimento harmonioso de todos os membros da sociedade. Lénine ligava a fundamentação teórica da necessidade da industrialização da Rússia soviética à preocupação com a elevação do nível de vida e cultural de todo o povo. Colocou-se a tarefa de, primeiro, acabar com a fome e a miséria e, depois, pouco a pouco, à medida que se criavam as condições materiais, melhorar a situação de todos os trabalhadores. A Rússia era o primeiro Estado no mundo, cuja política económica tinha por objectivo principal o cuidado do homem.

O plano leninista de industrialização foi furiosamente criticado pelos elementos hostis, particularmente, os oportunistas de direita e de “esquerda”, que não acreditavam na possibilidade de transformar um país agrário numa poderosa potência industrial independente. A luta travava-se tanto no domínio teórico, como na prática quando o plano de industrialização começou a realizar-se.

Os oposicionistas tentavam ressuscitar a ideia de Trótski já repelida sobre a chamada “concentração rígida” da indústria, isto é, a suspensão da indústria pesada, não rentável no começo dos anos 20, e a recusa à orientação para o seu desenvolvimento por todos os meios. Os trotskistas e os seus adeptos afirmavam que o país não dispõe de recursos para desenvolver

a indústria pesada e propunham economizar nela e não lhe prestar a ajuda estatal. Afirmavam que a industrialização aumentaria a dependência do país da importação de equipamentos dos países capitalistas e consideravam como inevitável a longa conservação do carácter agrário da economia do país. Para eles, o único meio possível de fomentar a economia nacional era desenvolver a indústria ligeira e apenas alguns ramos da indústria pesada, tradicionais da Rússia.

Com factos concretos e convincentes o partido demonstrou que a orientação para o desenvolvimento prioritário da indústria ligeira não aceleraria, antes afrouxaria os ritmos do desenvolvimento industrial do país, aumentando a sua dependência económica dos países capitalistas.

Era errada também a posição dos oportunistas quanto à questão dos recursos necessários para a industrialização. Propunham acumular meios à custa da “exploração colonial” do campesinato, isto é, aumentar o imposto agrícola e os preços dos artigos industriais, diminuindo ao mesmo tempo os preços dos cereais. Isto conduziria à diminuição do salário real dos trabalhadores, ao arruinamento dos camponeses, oporia o campo e a cidade e abalaria a aliança dos operários e camponeses — base do Poder Soviético. O partido condenou e rechaçou esta posição. Na resolução do XII Congresso do partido (1923) sublinhava-se que a indústria que se desenvolve à custa da agricultura não pode ser

uma base estável e sólida da ditadura do proletariado.

Pregando o “tipo atrasado” de socialismo, uma parte dos oportunistas predizia os ritmos muito lentos de edificação do socialismo e um caminho muito longo rumo ao socialismo, alegando o nível baixo de desenvolvimento económico da Rússia, a ausência da ajuda estatal por parte do proletariado dos países da Europa Ocidental. V. I. Lénine também reconhecia o facto do atraso económico da Rússia. No entanto, indicando os mesmos factores e partindo das mesmas condições, Lénine e os oportunistas chegavam a conclusões teóricas e políticas opostas. Lénine escrevia: “Entre nós ninguém acreditará na rapidez fantástica de quaisquer mudanças, mas... se o movimento é dirigido por um partido verdadeiramente revolucionário, acreditamos nesta rapidez e a conseguiremos custe o que custar”¹.

Os oportunistas lançaram-se contra a tese leninista sobre a criação da economia nacional socialista independente do mercado estrangeiro. Segundo eles, a Rússia soviética devia tomar como exemplo a economia dos países imperialistas, “não ignorar” a divisão do trabalho que se formou no capitalismo e integrar-se no sistema de economia capitalista mundial. Propunham compensar a falta de artigos industriais através da chamada “intervenção mercantil”, isto é, a

¹ V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 45, p. 247.

A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE INDUSTRIALIZAÇÃO SOCIALISTA

ampla importação dos bens de consumo do estrangeiro. Tal política debilitaria o monopólio do comércio externo, aumentaria a dependência do Estado proletário em relação ao mercado capitalista, eternizaria o atraso técnico-económico herdado do passado e converteria o país num apêndice agrário e de matérias-primas dos Estados capitalistas desenvolvidos. O Estado soviético não o podia admitir, embora não se recusasse a desenvolver as relações económicas e a concluir acordos comerciais e de outra índole com os países capitalistas.

Os chamados oportunistas de “esquerda” criticavam as medidas do partido no domínio económico e propunham introduzir o comunismo através de acções políticas e do trabalho de agitação e propaganda. Exigiam abolir o dinheiro e o sistema fiscal e bancário e introduzir a troca directa de produtos. Propunham organizar a população em comunas que se dedicariam à produção agrícola, ao artesanato e ao armamento geral. O socialismo preconizado pelos oportunistas de “esquerda” era privado de base económica, era uma utopia.

Estas e muitas outras ideias e propostas da oposição foram repelidas. O País dos Sovietes começou a realizar com êxito o plano leninista de industrialização socialista.

Nos fins de 1925, o Partido Comunista e o povo soviético obtiveram êxitos significativos na edificação do socialismo. A economia nacional, destruída em consequência da intervenção estrangeira e da guerra civil, foi restabelecida no fundamental, aumentaram consideravelmente as proporções da produção, cresceu numericamente a classe operária. Na economia, o sector social, ou seja, as empresas estatais e cooperativas, passou a ter o papel determinante. O seu peso relativo na produção industrial do país elevou-se a 81%.

Tendo sintetizado a experiência acumulada pelo país, o XIV Congresso do partido (1925) proclamou a passagem para a industrialização socialista como elo decisivo na luta pela transformação da economia soviética e a aceleração dos ritmos da edificação do socialismo. A industrialização do país era o *elo fundamental* na cadeia de tarefas do desenvolvimento económico, ao qual se devia agarrar para arrastar toda a

cadeia da edificação do socialismo e construir na URSS a sociedade socialista.

Ao escolher o momento da passagem para a industrialização, o Partido Comunista baseava-se nas leis económicas objectivas que actuavam no período de transição do capitalismo ao socialismo, tendo em conta as tarefas imediatas e a longo prazo, assim como as condições reais da construção socialista. Esta passagem tornou-se possível com o amadurecimento das premissas para o desenvolvimento rápido da indústria pesada: consolidaram-se a economia nacional e o seu sector socialista, tornaram-se mais sólidas as relações entre a indústria nacionalizada e a agricultura, aumentaram as acumulações estatais, adquiriu-se a experiência de gestão do desenvolvimento económico, consolidou-se a situação internacional da URSS.

Ao traçar a linha para a industrialização socialista, o Partido Comunista compreendia que o desenvolvimento prioritário da indústria pesada exigiria grandes esforços dos trabalhadores e a sua disposição de aceitar muitos sacrifícios e privações em nome do objectivo colocado. O País soviético não tinha outra saída e não se podia esperar.

Naquele período, o problema dos ritmos de desenvolvimento da economia soviética era excepcionalmente agudo. No fim do período de restauração, a indústria já tinha esgotado as possibilidades de crescimento sobre a base técnica existente. Tornava-se evidente que sem uma re-

construção técnica radical seria impossível assegurar os altos ritmos de desenvolvimento. Impunha-se a tarefa urgente de criar num prazo curto a nova base técnica da economia nacional. A industrialização era não só necessária, como inadiável.

O XIV Congresso do partido deu a directiva: “orientar-se para a industrialização”. A passagem para a industrialização do país colocava-se como uma tarefa prática urgente do partido e do povo.

1. Os traços característicos e as particularidades da industrialização da URSS

Pelos seus objectivos, métodos, fontes e consequências económico-sociais, a industrialização socialista da URSS diferenciava-se radicalmente da industrialização dos países capitalistas.

O desenvolvimento industrial nos países capitalistas assentava na propriedade privada dos meios de produção. A industrialização socialista realizava-se na base da propriedade social.

A transformação dos meios de produção em propriedade social é uma lei do socialismo, as formas e métodos desta transformação dependem da correlação de forças dentro do país. Na Rússia soviética, a propriedade social dos meios de produção formava-se mediante a nacionalização das grandes e médias empresas, e em primeiro lugar, da indústria pesada e depois da

indústria ligeira. Visto que a burguesia não obedeceu voluntariamente ao Poder Soviético e lhe opôs resistência encarniçada, a nacionalização das empresas realizava-se, em regra, mediante a confiscação da propriedade sem indemnização. Mas houve casos em que se pagou uma indemnização parcial aos ex-proprietários das empresas nacionalizadas. Convém notar que, ao realizar a nacionalização, nos primeiros anos do Poder Soviético, não se conseguiu evitar erros e excessos administrativos em relação às pequenas e médias empresas privadas. Isto repercutiu-se negativamente na produção industrial, provocando a sua recessão e a insuficiência dos produtos no mercado. Os erros foram corrigidos e foi realizada a desnacionalização parcial das pequenas empresas socializadas. Posteriormente, com o desenvolvimento da industrialização, as pequenas indústrias privadas, assim como a economia natural-patriarcal e a pequena produção mercantil no campo, desapareciam paulatinamente. A propriedade social socialista tornou-se única na economia.

A industrialização capitalista realiza-se na base da acção espontânea das leis do capitalismo e, antes de mais, da lei da mais-valia. Por isso as mudanças estruturais na indústria e na economia nacional ocorrem, em geral, espontaneamente e comportam enormes despesas, perdas dos recursos materiais e financeiros e gastos improdutivos de trabalho. Na corrida aos lucros os empresários privados criam

empresas industriais nos ramos e regiões que lhes convêm sem ter em conta os interesses nacionais. Disso resultam o desenvolvimento e a distribuição não racionais da produção industrial e as desproporções e crises na economia nacional.

Na União Soviética, a industrialização realizou-se tendo-se em conta o ordenamento da produção no território do país e baseava-se nos seguintes princípios:

- distribuição proporcional da indústria em todo o território do país;
- aproximação da indústria das fontes de matérias-primas e das regiões de consumo;
- desenvolvimento da economia das repúblicas e regiões nacionais;
- divisão ordenada do trabalho entre as regiões económicas do país;
- especialização e desenvolvimento integral da economia das regiões económicas do país, etc.

Nos anos da industrialização mudou consideravelmente a geografia da distribuição das indústrias na União Soviética. Quase metade dos investimentos foi destinada ao desenvolvimento da indústria nas regiões orientais do país, contribuindo para a distribuição mais proporcional da produção. Nos Urais, na Sibéria e no Extremo Oriente foram criados novos centros industriais: os conjuntos siderúrgicos de Magnitogorsk e de Kuznetsk, a fábrica de construção de máquinas pesadas dos Urais, a fábrica de tractores de Tcheliábinsk, a fundição de cobre de Balkhach, etc.

Nas repúblicas nacionais, a produção industrial desenvolvia-se, no período de industrialização, com maior intensidade do que no país em conjunto. Por exemplo, a produção industrial na URSS aumentou em 1940 12 vezes em relação a 1913, enquanto no Cazaquistão—20 vezes, na Geórgia—27 vezes, na Kirguízia—153 vezes, no Tadjiquistão—324 vezes.

A planificação é uma particularidade da criação da base industrial na URSS. Numa economia em que não existe a propriedade privada nem o domínio dos monopólios nacionais ou estrangeiros e todos os meios são propriedade do povo é muito mais fácil integrar as empresas estatais e cooperativas, através do sistema de organismos de administração estatal, no mecanismo de planificação centralizada e coordenar a sua actividade, é muito mais fácil aplicar a política económica cientificamente fundamentada e desenvolver a economia nacional de modo racional, eficaz e proporcional.

O desenvolvimento planificado da economia nacional permitiu realizar a industrialização em 13–15 anos, principalmente durante os dois primeiros, e, em parte, o terceiro quinquénios. Antes de cada quinquénio, os organismos estatais de planificação formulavam a principal tarefa económica, baseada nas possibilidades reais da economia nacional.

Por exemplo, o primeiro plano quinquenal (1928–1932) previa um aumento considerável da indústria pesada, altos ritmos de desenvolvi-

mento da produção e o aumento do peso do sector socialista na agricultura. Só era possível cumprir estas tarefas aumentando a construção básica em relação à do período de restauração. Com este objectivo foi elaborado um grande programa de construção civil que, no domínio da indústria, visava tanto a criação de novas empresas, como a modernização técnica e o alargamento das empresas existentes.

O primeiro plano quinquenal foi cumprido antes do prazo estabelecido, em 4 anos e três meses. Teve como resultado a construção do fundamento da economia socialista. O plano de investimentos de capital foi ultrapassado em quase 12%, o peso da indústria no volume da produção industrial e agrícola aumentou de 51,5%, no começo do quinquénio, para 70,7%, no seu último ano. No mesmo período, a parte da produção industrial correspondente aos meios de produção aumentou de 44,4% para 56%, a produção da construção de máquinas aumentou 4,4 vezes. Foi criada a base da indústria pesada, a siderurgia: foi consolidada a base carbonífera e metalúrgica na Ucrânia, criada uma nova base carbonífera e metalúrgica, a bacia de Kuznetsk, no Oriente do país. A produtividade do trabalho aumentou 41%; ao mesmo tempo foi liquidado o desemprego que, no início do quinquénio, atingia 1,5 milhões de pessoas.

De acordo com a política nacional leninista, orientada para liquidar a desigualdade econó-

mica e cultural dos povos da Rússia soviética, a industrialização das repúblicas nacionais economicamente atrasadas realizava-se a ritmos mais elevados. Assim, durante cinco anos, o volume da produção industrial nas tradicionais regiões industriais do país aumentou 2 vezes e nas repúblicas nacionais, 3,5 vezes.

A tarefa fundamental do segundo plano quinquenal (1933–1937) consistia em concluir a reconstrução técnica de toda a economia nacional e em dominar a técnica moderna e novas produções. Foi traçado um programa grandioso para aumentar toda a produção industrial e especialmente a laminação de metais ferrosos, a produção de tractores, produtos químicos, automóveis, etc. Previa-se resolver o problema dos quadros e elevar o papel e o significado das repúblicas e regiões nacionais na vida económica e cultural do país.

O segundo plano quinquenal também foi cumprido antes do prazo fixo. Durante este quinquénio, o volume total da produção industrial aumentou 2,2 vezes, da construção de máquinas—2,9 vezes, de energia eléctrica, aço, laminados, cobre, produtos químicos, bens de consumo—2-3 vezes. Foi criada uma poderosa indústria de alumínio. Os fundos fixos duplicaram. Nos dois primeiros quinquénios, o volume da produção industrial aumentou 4,3 vezes. Terminou-se a colectivização da agricultura.

Como resultado do cumprimento do segundo plano quinquenal, na União Soviética foi

concluída a reconstrução de toda a economia nacional, foi cumprida a tarefa difícil da revolução socialista: a criação da economia nova, socialista. Na URSS foi construído no fundamental o socialismo, o país entrou numa nova etapa de desenvolvimento, etapa da conclusão da construção e da consolidação da sociedade socialista.

A edificação económica e cultural pacífica, desenrolada na base do terceiro plano quinquenal (1938–1942) foi interrompida pela agressão traiçoeira da Alemanha fascista contra a União Soviética em Junho de 1941.

Em três anos de paz do terceiro quinquénio, a União Soviética conseguiu pôr em funcionamento 2900 grandes empresas, aumentar a produção industrial em 45%, em particular, a dos meios de produção 1,5 vezes e a da construção de máquinas em 75%.

Em 1940, a URSS ultrapassou o nível da Rússia pré-revolucionária na produção de ferro fundido 3,5 vezes, de aço 4,5 vezes, de energia eléctrica 25 vezes, de bens de consumo 7,6 vezes, de carvão 5,7 vezes, de petróleo 3,5 vezes.

A vitória histórica do povo soviético na Grande Guerra Pátria de 1941-1945 demonstrou com toda a evidência a justeza e a perspicácia da política leninista do Partido Comunista, devido à qual a URSS se tornou uma poderosa potência industrial.

A direcção planificada da economia nacional da URSS permitiu introduzir os métodos in-

dustriais de produção primeiro na indústria e depois em outros sectores da economia. O desenvolvimento industrial planificado permitiu criar uma economia integrada tanto na região central como nas periferias do país, permitiu explorar as riquezas minerais do Extremo Norte e do Extremo Oriente e criou as condições para a distribuição proporcional da produção em todo o território do país. A planificação permitiu desenvolver proporcional e dinamicamente toda a economia nacional. Através da planificação definiam-se e eliminavam-se rapidamente as desproporções surgidas em alguns sectores da economia.

Outra particularidade do desenvolvimento industrial da URSS são os seus ritmos mais elevados do que os no capitalismo. A União Soviética atingiu ritmos extraordinariamente altos de desenvolvimento industrial, uma espécie de milagre na história da industrialização, graças ao papel predominante do sector socialista na economia e a sua influência determinante no processo industrial, graças à industrialização socialista dirigida, com base no plano, pelo partido e o Estado. Nenhum país capitalista atingiu, no período da industrialização, ritmos tão altos como a URSS. Por exemplo, no Japão, entre 1874-1900, os ritmos médios anuais de crescimento da produção industrial constituíam 5,5% e em 1900-1940—5,8%, na Alemanha, em 1850-1913, 3,7%. Na URSS, estes índices eram, no período do primeiro plano quinquenal

(1928-1932), 19,2%, e, no do segundo plano quinquenal (1933-1937), 17,1%, baixando até 13,2% só em 1938-1940. Portanto, os ritmos da industrialização socialista na URSS eram 2-4 vezes superiores aos da industrialização capitalista.

No período da industrialização da União Soviética, a produtividade do trabalho aumentava também a ritmos sem precedentes na história. O ritmo médio anual de aumento da produtividade do trabalho por operário constituiu, em 1928-1940, 10,8% na indústria, 7,9% na construção civil e 8,6% no transporte ferroviário.

Nos países capitalistas da Europa Ocidental, a industrialização começou pelo desenvolvimento da indústria ligeira e, sobretudo, têxtil. O desenvolvimento da indústria pesada só começou depois de acumulados os capitais e surgida a procura estável de máquinas, equipamentos e outros meios de produção. O processo de mudança estrutural da economia nacional e a sua transformação de agrária em industrial durou, nos países capitalistas hoje desenvolvidos, 40-50 anos.

A industrialização socialista da URSS começou pelo desenvolvimento prioritário dos ramos da indústria pesada: siderurgia, construção de máquinas, energia eléctrica e química, o que era condicionado pelas condições históricas concretas do país. Estes ramos, sobretudo a construção de máquinas, desenvolviam-se a

ritmos elevados, o que assegurou a reconstrução técnica da economia nacional e a sua transformação em industrial num espaço de pouco mais de dez anos. No primeiro plano quinquenal, o ritmo médio anual de crescimento da produção dos meios de produção era de 28,5% e dos bens de consumo 11,7%; no segundo quinquénio, respectivamente, 19 e 14,8%. Em 1928-1937, a produção dos ramos da construção de máquinas e do tratamento de metais aumentou cerca de 12 vezes. Nos anos da industrialização foram construídas novas empresas siderúrgicas e de metalurgia não ferrosa, continuava a desenvolver-se o sector energético. Surgiram ramos industriais absolutamente novos, como a indústria de ferramentas, de aparelhos de medição, de automóveis e tractores, de aviões, química, construção de máquinas para a agricultura. A produção industrial aumentou em 1940 7,7 vezes em relação a 1913. A produção dos meios de produção aumentou 13 vezes. Foram construídas cerca de 9 mil empresas industriais que pelo volume da produção e nível de equipamento técnico não cediam às empresas avançadas dos países capitalistas. Em 1937, as empresas novas e modernizadas produziam já 80% dos produtos industriais. Pelo volume da produção industrial a URSS ocupou em 1937 o primeiro lugar na Europa e o segundo no mundo.

O aumento geral da produção industrial era acompanhado de mudanças radicais na estru-

tura sectorial da economia nacional no sentido do aumento brusco do peso relativo da indústria. A sua quota no volume total da produção industrial e agrícola aumentou em 1940 até 75% contra 42,1% em 1913. Na Rússia pré-revolucionária, a construção de máquinas correspondia cerca de 5,7% da produção industrial total, e em 1940—30%.

A criação dos ramos da indústria pesada permitiu modernizar tecnicamente em primeiro lugar a própria indústria e depois os outros ramos da economia nacional: a agricultura, construção civil e transportes.

A criação da indústria de maquinaria agrícola, de automóveis e tractores permitiu abastecer ininterruptamente a agricultura com camiões, tractores, ceifeiras-debulhadoras e outras máquinas agrícolas. Em 1940 a agricultura dispunha já de 684 mil tractores (reduzidos aos de 15 cv) e 182 mil ceifeiras-debulhadoras. Ao realizar consequentemente o plano leninista de criação da base técnico-material do socialismo, o partido e o povo soviético davam grande atenção à electrificação da agricultura. No período entre 1928 a 1940, o consumo de energia eléctrica no campo aumentou 15 vezes.

O Estado socialista ajudava o campo não só com máquinas modernas e energia eléctrica, mas também oferecia várias vantagens fiscais às explorações camponesas pobres, aos kolkhozes e sovkhoses em formação, concedendo-lhes créditos e enviando especialistas qualificados que

ajudavam a organizar propriedades colectivas e a dominar a técnica moderna. Graças a esta política, a agricultura, sector mais atrasado da economia nacional, colocava-se numa sólida base técnico-material.

E mais um traço importante da industrialização socialista que caracteriza a sua influência na agricultura. Diferentemente da industrialização capitalista, que levou à vitória das relações de produção burguesas no campo, ao agravamento das contradições sociais na agricultura, ao arruinamento e à maior exploração das massas camponesas, a industrialização socialista criou as premissas materiais necessárias para a organização das grandes propriedades colectivas onde não há exploração. Desta forma criou a possibilidade de começar a liquidação dos kulaques (a burguesia rural na Rússia), a classe exploradora mais numerosa, e implantar relações de produção socialistas tanto na cidade como no campo.

A industrialização socialista diferenciou-se do desenvolvimento industrial dos países capitalistas também pelas suas fontes financeiras. A industrialização capitalista realizou-se à custa da exploração impiedosa dos trabalhadores dos seus próprios países, da espoliação das colónias e semicolónias, das guerras e contribuições, da atracção do capital estrangeiro, enquanto que na URSS a principal fonte financeira eram os recursos e reservas próprios e o aumento das acumulações internas à medida que se eleva-

va a eficácia da produção socialista. É verdade que também tiveram certo desenvolvimento os contratos concessionários do Estado soviético com companhias estrangeiras. As empresas concessionárias ocupavam-se da extracção de petróleo, manganês, carvão, ouro, metais não ferrosos, asbesto, alumínio, da exploração das florestas, da produção de rolamentos, preparados farmacêuticos e cosméticos, artigos de escritório, artigos de retosaria e de malha, tintas tipográficas, cigarros, loiça esmaltada e de outros produtos. No entanto, a parte das empresas concessionárias na produção industrial bruta não excedia 1%. À medida que se criavam as empresas estatais com produções análogas, o capital estrangeiro, perdendo a possibilidade de obter lucros de monopólio, reduzia ou suspendia completamente as empresas concessionárias. A maioria delas deixou de existir já em 1930-1932.

A formação de quadros qualificados para a indústria e outros ramos da economia representava um problema importante. O nível de instrução, cultural e técnico da classe operária era baixo, limitando-se, em média, a 3-4 anos de escola e 15,9% dos operários eram totalmente analfabetos. Na indústria, os operários qualificados constituíam 53,6%, um quinto de operários não tinham nenhuma qualificação e 26,3% consideravam-se pouco qualificados. Tudo isto impunha medidas urgentes para melhorar a preparação geral e técnica dos operários.

A preparação dos operários qualificados e dos engenheiros e técnicos realizava-se nas escolas superiores, escolas técnicas, escolas de aprendizagem e diferentes cursos, abandonando ou não a produção. Tudo isto contribuiu para a chegada à economia nacional de milhões de operários e especialistas de alta qualificação e para a elevação brusca do nível técnico e cultural da classe operária, o que criava as premissas para superar as diferenças entre os trabalhadores intelectuais e manuais.

A industrialização capitalista realizava-se no interesse das classes exploradoras e orientava-se para fortalecer o seu domínio económico e político sobre o proletariado e outros trabalhadores. Agravou as contradições de classe e tornou possível a conquista violenta e a subjugação económica das colónias.

A industrialização socialista orientava-se para a criação da base técnico-material do Estado dos trabalhadores e, portanto, realizava-se no interesse da classe operária, os camponeses e intelectuais trabalhadores. Ela criou a base material necessária para a constante elevação do nível de vida dos trabalhadores do Estado soviético.

A elevação do nível material e espiritual dos trabalhadores foi sempre o objectivo central da política económica do Estado, tanto nos primeiros anos do Poder Soviético, como no período da industrialização. O bem-estar material dos operários, empregados e camponeses eleva-

va-se mediante o aumento do salário, a diminuição dos preços dos produtos alimentares, a roupa e os artigos de uso doméstico, a diminuição das tarifas dos serviços sociais e outros, a assistência médica e a instrução gratuitas. O Governo soviético utilizava todas as possibilidades para melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

Nos anos da industrialização continuava a aperfeiçoar-se o sistema salarial. O sistema de remuneração igualitária, praticado nos primeiros anos depois da revolução, foi substituído por diferentes sistemas de salário por tarefa em que este depende da quantidade dos produtos fabricados ou das tarefas executadas. A introdução do salário por tarefa visava não só aumentar a produção industrial, como também elevar a qualificação dos trabalhadores, o que revestia grande importância para o País soviético. A política aplicada no domínio salarial criou um estímulo material suplementar para cumprir e ultrapassar os planos da construção civil, da indústria e de outros ramos da produção. Além disso, contribuiu para melhorar a situação material dos trabalhadores.

2. As fontes de financiamento da industrialização socialista

Um dos problemas mais importantes e difíceis consistia em encontrar meios para realizar a industrialização. O capitalismo mundial promo-

via a política de bloqueio económico em relação à Rússia soviética. Por isso não se podia contar com as fontes externas. Só se podia contar com os seus próprios recursos. Lembremos que a industrialização capitalista se realizou não só à custa das fontes internas, mas também à custa da exploração e espoliação dos povos das colónias, à custa dos empréstimos gravosos concedidos a outros países e da importação de capital. A Rússia soviética não podia utilizar fontes análogas por estarem ligadas à exploração e saque das massas trabalhadoras, o que contradiz a natureza do Estado socialista.

Na URSS a industrialização era financiada à custa dos recursos internos. As suas fontes principais nos primeiros anos da industrialização eram: as receitas da indústria socializada e de outros ramos da economia nacional, o pecúlio da população, empréstimos públicos internos e impostos. Analisemos cada uma destas fontes.

Nos primeiros anos depois da revolução, as empresas socialistas entregavam para o orçamento do Estado o imposto de indústria e profissão, o imposto sobre bens imóveis estatais, o imposto sobre o rendimento, os descontos do lucro e outros pagamentos. A numerosidade de pagamentos dificultava a actividade financeira das empresas e do Estado e por isso, no período da industrialização, foi realizada uma reforma fiscal. Segundo esta, as empresas estatais deviam entregar ao orçamento dois tipos

de impostos: o imposto de venda e os descontos dos lucros. As empresas cooperativas deviam pagar o imposto de venda e o imposto sobre o rendimento. As taxas de imposto de venda foram fixadas para determinado produto ou grupo de mercadorias. Os descontos eram calculados de acordo com a grandeza dos lucros obtidos. O significado principal da reforma fiscal consistia em que esta proporcionou ao Estado uma fonte estável de receitas sob a forma do imposto de venda e elevou o interesse material dos colectivos de trabalhadores no desenvolvimento da produção.

Nas cidades foi estabelecido o imposto sobre os superlucros a fim de combater a especulação. Posto que faltavam produtos alimentares e bens de amplo consumo, os especuladores compravam nas aldeias ou aos artesãos os produtos para vendê-los a preços elevados, obtendo grandes lucros. Parte do superlucro assim obtido os especuladores deviam entregar ao Estado sob a forma de imposto especial.

Para o orçamento entravam também as receitas dos transportes, dos meios de comunicação e dos bancos nacionalizados, mas estes não eram de grande importância.

O Estado recebia rendimentos consideráveis da agricultura. A entrega gratuita da terra aos camponeses e a libertação destes do jugo dos latifundiários e da burguesia criaram condições para mobilizar uma parte dos meios do campesinato para financiar a industrialização.

Houve muitas discussões a respeito dos meios que se podiam tirar da agricultura. Os inimigos do Poder Soviético propunham estabelecer impostos elevados não só para os camponeses ricos, mas também para os médios e destinar estes meios ao desenvolvimento da indústria. Tal política afastaria do Poder Soviético muitos camponeses que constituíam a maioria da população. Então, não se a devia aplicar. O Poder Soviético decidiu promover a política de classe também no campo. O imposto dependia das dimensões e produtividade da exploração camponesa. Segundo o sistema tributário para a agricultura, os impostos mais altos deviam ser pagos pelos camponeses mais ricos. Para os camponeses médios estabelecia-se o imposto que não os arruinava. Os camponeses pobres foram isentos dos impostos. Além disso, o sistema tributário visava favorecer a entrada dos camponeses nas propriedades colectivas (kolkhozes).

O aumento do bem-estar dos trabalhadores permitiu utilizar os meios da população para o desenvolvimento económico. Foi realizado um grande trabalho para organizar as caixas económicas em todas as regiões do país, o que fez aumentar o número de depositantes e a soma dos depósitos. Nos anos do primeiro plano quinquenal esta soma aumentou quase 5 vezes. Pouco a pouco, as poupanças da população passavam a ser uma fonte constante e estável para o financiamento da industrialização. Outra fonte de financiamento da industrializa-

ção eram os empréstimos públicos internos. As primeiras emissões dos empréstimos por obrigações foram adquiridas pelas organizações estatais e sociais com os fundos de reserva depositados a longo prazo no Banco de Estado e quase não afectavam a população. A nova forma de empréstimos internos com prémio supunha a subscrição para eles dos trabalhadores da cidade e do campo e o pagamento das obrigações por partes fazendo descontos do salário. A população aprovou calorosamente a subscrição para os empréstimos. Os empréstimos especiais de industrialização provocaram um entusiasmo particular. O primeiro empréstimo de industrialização (com prémio e para o prazo de 10 anos) de carácter verdadeiramente maciço, foi emitido em 1927 e teve grande êxito. Subscreveram-se 6 milhões de pessoas. Os empréstimos posteriores tiveram ainda maior êxito. A atitude dos trabalhadores para com os empréstimos manifestou-se na subscrição massiva. Em cinco anos as receitas da industrialização provenientes dos empréstimos internos aumentaram 8,8 vezes.

Com o objectivo de mobilizar os meios para o desenvolvimento da economia o Estado soviético utilizava amplamente o sistema fiscal.

Nos primeiros anos do Poder Soviético, quando uma parte considerável de empresas industriais estava nas mãos da burguesia, o Estado applicava uma política fiscal de classe especial que visava, além de requisitar e entre-

gar o lucro para o orçamento do Estado, desalojar os capitalistas da indústria. A taxa de imposto dependia da grandeza do capital. Quanto maior o capital, maior era o imposto, sendo as suas taxas progressivas. Por exemplo, sobre o capital de 1000 unidades monetárias pagavam-se 10 unidades, sobre o de 2000—30, sobre o de 3000—60 unidades monetárias, etc. Este sistema de impostos permitia aumentar as receitas do Estado.

A política fiscal do Estado visava também obrigar os capitalistas a investir capitais nos ramos industriais que era necessário desenvolver e em que era fácil controlar a sua actividade financeira.

A nacionalização da indústria privou a burguesia da possibilidade de se apropriar dos lucros. O Estado soviético utilizava todas as receitas vindas da indústria no interesse de todo o povo e não em benefício da classe burguesa, como o era antes da revolução.

Para o financiamento da industrialização utilizavam-se também os meios que anteriormente os capitalistas estrangeiros tinham levado sob a forma de lucros obtidos sobre os capitais investidos na economia da Rússia. Além disso, ao desenvolvimento da economia destinavam-se as quantias monetárias que antes da revolução se tinham pago ao estrangeiro como juros dos empréstimos czaristas, anulados pelo Governo soviético.

Os meios monetários que os trabalhadores

pagavam como imposto sobre o rendimento eram insignificantes e praticamente não serviam de fonte de financiamento da industrialização. A fonte mais estável da entrada dos meios eram os impostos indirectos que se cobravam à população mediante o aumento dos preços dos produtos, principalmente dos objectos de primeira necessidade. O Estado estabeleceu o monopólio da produção e da venda de certos produtos e, mediante os preços elevados, cobrava impostos ao consumidor. Nos países capitalistas, a parte fundamental dos impostos indirectos é paga pelas massas trabalhadoras, incluindo as camadas mais pobres da população, e não pela burguesia. Os Estados capitalistas utilizam estes meios em benefício da elite governante. Lénine acentuava que “a tributação indirecta, caindo sobre os objectos de consumo das massas, é a maior injustiça. Todo o seu peso recai sobre os pobres, criando o privilégio para os ricos. Quanto mais pobre a pessoa, maior parte do seu rendimento entrega ao Estado sob a forma de impostos indirectos”¹.

No Estado socialista, os rendimentos provenientes dos impostos indirectos utilizam-se no interesse de todo o povo, e, nos anos da industrialização, foram encaminhados para a construção de fábricas.

Como resultado do desenvolvimento da economia nacional e da aplicação da política fiscal

¹ V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 6, p. 262.

especial, nos cinco primeiros anos da industrialização, as receitas proporcionadas pelos impostos aumentaram 3,4 vezes e os pagamentos do sector socializado 10 vezes. Isto significava uma mudança radical no desenvolvimento da gestão socialista da economia, uma vez que o crescimento dos rendimentos era ao mesmo tempo o crescimento do sector socializado. Passavam a constituir a base das receitas orçamentais as acumulações da economia socialista, o que comprovam os dados do seguinte quadro.

Recursos financeiros no primeiro e segundo quinquênios (%)

Fontes	I quinquénio	II quinquénio
1. Acumulações da economia socializada	70	80
incluindo: lucros	16	18
impostos de venda	35	53
2. Amortização dos fundos fixos	5	5
3. Meios da população	18	12
4. Outras receitas	7	3

Com o objectivo de mobilizar as acumulações socialistas na economia nacional foi estabelecido o regime de austeridade e o controlo sobre o gasto dos fundos monetários, introduzia-se a autogestão financeira, desenvolvia-se a luta pela elevação da produtividade do trabalho, a diminuição do preço de custo, o aumento dos lucros e pela elevação da eficácia da produção.

Uma das medidas orientadas para a observação do regime de austeridade foi o registo obrigatório nos organismos financeiros por todas as instituições e organizações do quadro de pessoal, dos salários base e fundos salariais e dos orçamentos das despesas administrativas. Realizou-se um grande trabalho no sentido de reduzir e tornar mais barato o aparelho estatal.

A ampla difusão e o fortalecimento da autogestão financeira nas empresas socialistas contribuíram para a concentração dos recursos financeiros no Estado, particularmente no período da industrialização.

O termo “autogestão financeira” foi introduzido por V. I. Lénine que falava da necessidade de aperfeiçoar e de desenvolver por todos os meios este método de gestão da economia socialista. A essência da autogestão financeira consiste em comedir constantemente as despesas e as receitas da empresa. Cada empresa produz os bens, vende-os e com os meios obtidos cobre as suas despesas. Pode haver as variantes seguintes.

Primeira: as despesas excedem as receitas. Neste caso as empresas não são rentáveis e devem procurar reduzir as despesas, diminuir as dotações recebidas do Estado. Segunda: as despesas e as receitas são iguais. Estas empresas cobrem as suas despesas com as receitas e não entregam nada para o orçamento do Estado. A sua tarefa consiste principalmente em conseguir que as receitas excedam as despesas

e em ser rentáveis. Terceira: as receitas excedem sistematicamente as despesas. Neste caso a empresa pode fazer pagamentos ao orçamento do Estado sob a forma de lucro, ampliar e aperfeiçoar a sua produção e estimular materialmente os seus trabalhadores.

A autogestão financeira das empresas permitia conjugar os interesses do Estado, colectivos e individuais. As empresas estão interessadas em aumentar a produção de alta qualidade e diminuir o preço de custo, porque podem assim obter lucros maiores e, portanto, aumentar a remuneração dos trabalhadores. O aumento dos lucros significa o aumento do fundo de prémios, o aumento dos meios destinados ao desenvolvimento da produção e o aumento da quota para o orçamento do Estado. Portanto, pela gestão mais eficaz da economia estão interessados todos e, principalmente, os produtores directos dos bens materiais, de cujo trabalho depende o cumprimento de muitas tarefas do Estado.

A autogestão financeira baseava-se nos princípios seguintes: a combinação óptima da direcção planificada com a autonomia económica das empresas. Isto significa que, na sua actividade produtiva, as empresas, por um lado, guiam-se pelas tarefas do plano de Estado e podem contar com o auxílio do Estado em todas as suas iniciativas orientadas para aperfeiçoar a produção. Por outro lado, as empresas dispõem de certa autonomia. Possuem a sua conta corrente e o direito de personalidade

jurídica, têm o direito de contratar e despedir trabalhadores, podem concluir contratos económicos com outras empresas e organizações, têm determinados direitos na utilização do lucro, do fundo de amortização e dos créditos bancários.

Outros princípios não menos importantes da autogestão financeira são o interesse material nos resultados comuns do trabalho e a responsabilidade material pela utilização dos meios e pelo cumprimento do plano. A responsabilidade material das empresas pelo cumprimento das tarefas do plano consiste em que o fundo de prémios depende directamente do cumprimento do plano. O não cumprimento das tarefas do plano acarreta a redução considerável do fundo de prémios. Neste caso, excluem-se, em regra, os prémios para todo o colectivo e conservam-se apenas os prémios individuais pelos resultados elevados no trabalho.

Nos anos da industrialização, a autogestão financeira utilizava-se como principal método de direcção planificada em todas as empresas e organizações económicas socialistas. Acumulava-se pouco a pouco a experiência da sua aplicação, o que permitiu introduzi-la nas secções e equipas, assim como nos organismos económicos superiores. A autogestão financeira foi também introduzida nas empresas cooperativas e kolkhozes.

Nos anos da industrialização começou-se a dar muita atenção à diminuição dos gastos

no fabrico dos produtos, a execução dos trabalhos, o cultivo de cereais, a criação de gado, o transporte dos produtos, ou seja, à diminuição do preço de custo. Em termos gerais, o preço de custo são os gastos, expressos em forma monetária, na produção dos bens ou na execução dos trabalhos. O preço de custo é determinado pelos gastos com matérias-primas, combustíveis, energia, de amortização, com salários, seguro social e outras despesas monetárias.

As despesas enumeradas são diferentes nos diferentes sectores da produção material. Por isso, é preciso diminuir o preço de custo nos sectores com gastos maiores. Há também outras recomendações para a sua diminuição. Em primeiro lugar, a elevação da produtividade do trabalho. Em segundo lugar, a maior economia possível de matérias-primas, materiais, produtos semimanufacturados, combustível, todos os tipos de energia. Em terceiro lugar, a aplicação da técnica e tecnologia modernas e o aproveitamento máximo das capacidades de máquinas, equipamentos, instrumentos e meios de transporte. Em quarto lugar, o aperfeiçoamento da organização da produção e a eliminação das perdas do tempo de trabalho, a diminuição das despesas administrativas.

Nos anos da industrialização foi efectuado um grande trabalho com vista a elevar a produtividade do trabalho na economia nacional. As vias principais do aumento da produtividade

do trabalho eram: a mecanização dos trabalhos pesados, a mecanização integral da produção, a especialização e a cooperação da produção, a emulação socialista, a elevação da qualificação e do nível cultural dos trabalhadores. Neste conjunto de medidas, especial lugar ocupa a emulação socialista, descoberta por Lénine como método de edificação da sociedade socialista nova.

No capitalismo, a emulação tem a forma de luta de concorrência entre os empresários e assenta na opressão da grande maioria da população. No socialismo, pela primeira vez aparece a possibilidade da emulação entre os trabalhadores livres da exploração, da emulação “em suas formas não brutais, mas humanas”¹. O socialismo faz nascer o interesse profundo dos trabalhadores pelos resultados do seu trabalho e pelo melhoramento da actividade da empresa. O objectivo da emulação socialista é fazer trabalhar melhor os que se atrasam e assegurar o ascenso geral da produção. A emulação socialista é um traço característico das novas relações de produção, formadas no processo de luta pelo socialismo.

A aplicação da autogestão financeira, a luta pela elevação da produtividade do trabalho e a diminuição do preço de custo dos produtos, a economia rigorosa dos recursos materiais e monetários, tudo isto permitiu aumentar substan-

¹ V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 36, p. 151.

cialmente a entrada dos meios provenientes da indústria no orçamento do Estado e utilizá-los para o desenvolvimento da economia nacional e a industrialização.

Ao analisar as fontes de financiamento da industrialização, é preciso dar especial atenção a vários problemas que a Rússia soviética enfrentou neste domínio.

Em primeiro lugar, o orçamento do Estado. Nos primeiros anos do Poder Soviético, o governo concentrou nas suas mãos a distribuição de todos os meios materiais e monetários do país, e o orçamento não se dividia em orçamento do Estado e orçamentos locais. Depois do estabelecimento do sistema tributário e da introdução dos orçamentos do Estado e locais, supunha-se que os orçamentos locais teriam as suas próprias fontes estáveis de receitas, mas isto não aconteceu. Foi necessário recusar aos orçamentos de dois tipos por terem baixa eficácia. Os orçamentos foram novamente divididos só depois da introdução de um sistema especial que estimulava o interesse dos órgãos do poder local pela acumulação dos rendimentos nacionais e locais. Foi estabelecido o regime de financiamento da industrialização a expensas dos orçamentos do Estado e locais. A parte fundamental dos meios monetários, necessários à construção de novas empresas, à sua remodelação em grandes proporções ou à introdução da nova técnica e tecnologia, provinha do orçamento do Estado.

Em segundo lugar, a distribuição das receitas destinadas ao consumo e à acumulação era um importante problema financeiro. Era preciso definir uma melhor correlação entre os meios monetários destinados ao pagamento de salários, pensões, subsídios, etc. e os destinados ao financiamento das novas obras, à ampliação e ao desenvolvimento da produção. Nos anos da industrialização, uma parte considerável dos meios era destinada à construção e ao desenvolvimento da produção.

Em terceiro lugar, com a ajuda do sistema financeiro é possível resolver também mais um problema complexo: a redistribuição das receitas entre os ramos da economia nacional. Assim, nos primeiros anos da industrialização, a parte fundamental das receitas vinha da indústria ligeira, mas utilizava-se para o desenvolvimento da indústria pesada. À medida que crescia e se fortalecia, a indústria pesada tornava-se, ela mesma, importante fonte de receitas.

Em quarto lugar, é de referir o problema do crédito e da correlação adequada entre o crédito a curto prazo (até seis meses) e o crédito a longo prazo (3-5 anos). Nos diferentes anos do Poder Soviético, esta correlação era diferente. Nos primeiros anos após a revolução predominava o crédito a curto prazo, mas à medida que se desenvolvia e se fortalecia a economia aumentava o significado do crédito a longo prazo.

Em quinto lugar, era necessário aumentar o

movimento dos meios circulantes, acelerar o ciclo de produção e o transporte de cargas, organizar o aparelho comercial e conseguir a realização rápida dos produtos, eliminar o burocratismo na actividade de todos os escalões da administração.

Para conseguir o funcionamento contínuo de todo o sistema financeiro era preciso regular as relações entre os seus elementos, criar o direito financeiro, formar os quadros e submeter todo o sistema à realização das tarefas fundamentais do Estado socialista.

O Partido Comunista e o Governo soviético resolveram com êxito o problema do financiamento da indústria pesada, assegurando a mobilização das fontes internas de acumulação, a observação rigorosa do regime de austeridade e a aplicação racional dos investimentos.

3. A industrialização e o progresso social

Antes da revolução socialista a Rússia ocupava um dos últimos lugares na Europa pelo seu nível cultural. Por isso os adversários ideológicos do País soviético falavam reiteradas vezes da impossibilidade de construir o socialismo num país insuficientemente culto. Antes da revolução quase 3/4 da população do país eram analfabetos, mais de metade das crianças de idade escolar não estudava. O ensino e a educação nas escolas eram organizados no interesse da classe governante da burguesia e dos

latifundiários que procuravam fazer dos jovens operários e camponeses servidores que lhes trouxessem lucros e não perturbassem o seu sossego e ociosidade.

Havia poucas escolas secundárias e superiores, bibliotecas, teatros, museus. O jornalismo encontrava-se numa situação precária. Na Rússia czarista, a cada pessoa correspondia cerca de três exemplares de jornais por ano.

Como se sabe, a Rússia é um país multi-nacional. A maior percentagem de analfabetos verificava-se nas periferias nacionais. Entre os kirguizes, os alfabetizados mal constituíam 0,6%, entre os tadjiques—0,5%, os turcomanos—0,7%, os uzbeques—1,6%. 48 etnias não tinham a sua escrita. O ensino na língua materna estava proibido. Os dados citados mostram que o governo czarista promovia uma política especial em relação aos povos das periferias nacionais da Rússia, desejando mantê-los analfabetos e sem direitos.

Era muito mau o estado da saúde pública. A falta de assistência médica e o baixo nível material e cultural de vida condicionavam a taxa elevada de mortalidade: 28,6 óbitos por 1000 pessoas e 266 óbitos de crianças de menos de 1 ano por 1000 nascimentos. As minorias nacionais extinguíam-se. A ausência do sistema de seguro social estatal tornava a vida dos inaptos para o trabalho e dos inválidos excepcionalmente dura.

A revolução socialista abriu um amplo ca-

minho ao progresso social da Rússia. Os êxitos significativos no desenvolvimento industrial, um rápido aumento da produtividade do trabalho, a criação de ramos novos, a construção de centros industriais nas periferias do país, etc.— tudo isto produziu importantes mudanças sociais. A industrialização socialista mudou antes de mais a estrutura económico-social da população, devido ao crescimento impetuoso da classe operária. O número de operários e empregados, ocupados na economia nacional, aumentou de 11,6 milhões em 1928 para 31,5 milhões em 1940, ou seja 2,7 vezes. Os ritmos de crescimento numérico de operários e empregados eram particularmente elevados nas repúblicas da Ásia Central e no Cazaquistão. Em 1938, o número de operários industriais aumentou ali 12 vezes em relação ao ano de 1913, enquanto em toda a indústria da URSS—4,5 vezes.

Nos anos do primeiro plano quinquenal, o número de operários aumentava impetuosamente sobretudo na construção civil e na indústria pesada. Na etapa final da industrialização, o crescimento da classe operária observava-se também na indústria ligeira.

A classe operária cresceu também qualitativamente. Nos anos de industrialização mudou consideravelmente a sua composição profissional. Devido à modernização técnica da indústria, ao aparecimento dos ramos e produções modernos e à mecanização do trabalho desapareciam muitas profissões antigas ligadas com

o trabalho manual pesado e surgiam novas. No país desenvolveu-se a preparação de operários qualificados que se realizava durante a reconstrução técnica da produção e a nova construção industrial. O problema complicava-se pelo facto de a classe operária ser completada fundamentalmente por pessoas vindas do campo que viam pela primeira vez a técnica industrial. Muitas delas eram semi-analfabetas. No período da industrialização, o número de operários qualificados aumentou 10 vezes.

Durante a aprendizagem, os operários, além de obter conhecimentos técnicos, elevavam o seu nível de instrução geral. Em muitas fábricas foram abertas escolas primárias para adultos. No fim do segundo plano quinquenal, o analfabetismo entre os operários foi praticamente liquidado por completo. A elevação do nível de instrução geral conduzia, via de regra, à elevação da produtividade do trabalho. Uma investigação sociológica mostrou que a produtividade do trabalho dos operários com 7 anos de escola, sendo iguais todas as outras condições, era 76% superior à dos operários da mesma idade e anos de serviço mas sem instrução nenhuma.

As consequências sociais da industrialização foram particularmente significativas nas repúblicas do Oriente Soviético. Como resultado do seu rápido desenvolvimento industrial formou-se aí uma nova classe operária e ocorreram mudanças radicais na estrutura social. Por exemplo,

no Uzbequistão, república mais populosa da Ásia Central, em 1922, de 4,4 milhões de habitantes só 66 mil eram operários, ou seja, 1,5% da população, mas a maioria deles não pertencia à nacionalidade autóctone. Em 1940, a república já contava 492 mil (7,5%) operários, sendo 37% deles uzbeques.

Nos anos da industrialização, a situação política e social da intelectualidade mudou radicalmente. Como já foi dito, nos primeiros anos do Poder Soviético, a falta de engenheiros e técnicos era um problema agudo e difícil. Para o resolver, na etapa inicial da industrialização utilizavam-se amplamente os velhos especialistas que queriam trabalhar e não prejudicavam a causa da edificação do socialismo. Entusiasmados com as tarefas complexas e a grande envergadura do trabalho de edificação, muitos velhos especialistas empregaram todas as suas capacidades criadoras na solução dos problemas técnicos complicados. Mas o seu número não era grande, e o jovem Estado precisava de engenheiros e técnicos próprios, proletários, com os quais o Poder Soviético pudesse contar no período da industrialização. Assim, na vida do país abriu-se mais uma página nova: a formação dos seus engenheiros e técnicos num prazo breve.

Os especialistas formavam-se nas escolas superiores e técnicas diurnas, nocturnas e por correspondência. Ao mesmo tempo, crescia rapidamente a rede de reciclagem onde os espe-

cialistas aperfeiçoavam a sua qualificação e recebiam conhecimentos modernos. Como resultado, o número de engenheiros aumentou, nos anos da industrialização, 6 vezes.

A liquidação do desemprego foi um resultado social importante da industrialização. Uma particularidade específica do desemprego, nos primeiros anos do Poder Soviético, era o seu carácter não industrial, condicionado pela superpopulação agrícola do país e o afluxo considerável dos camponeses às cidades. Além disso, engrossavam as fileiras dos desempregados os jovens das cidades e os militares desmobilizados depois da guerra civil. Metade dos desempregados não tinha nenhuma qualificação e a quarta parte nunca tinha trabalhado como assalariado. A grande envergadura da construção industrial provocava uma necessidade constante de construtores, as novas fábricas e empresas também precisavam de operários de diferentes profissões. O problema do desemprego foi resolvido no fundamental, na URSS, nos dois anos do primeiro plano quinquenal.

O Poder Soviético fez muito para a emancipação autêntica das mulheres. Já no primeiro ano após a revolução foram promulgadas leis que liquidaram a desigualdade das mulheres na remuneração do trabalho, no matrimónio e nos direitos políticos e sociais. No período da industrialização aumentou consideravelmente o número de trabalhadoras. Adquiriam profissão e trabalhavam efectivamente ao lado dos homens

nas fábricas, construção civil, transportes, escolas, hospitais, etc. A incorporação das mulheres na vida social e no trabalho socialmente útil e a aquisição de novas profissões permitiram realizar na prática a sua igualdade em direitos. A emancipação das mulheres reforçava-se com a concessão de várias regalias: férias pagas às mulheres grávidas, os subsídios às mulheres que cuidam de uma criança doente, o direito das mulheres grávidas a um trabalho mais fácil sem diminuição do salário, a redução de uma hora da jornada do trabalho para as mães em regime de amamentação, etc.

No período da industrialização, assim como nos primeiros anos do Poder Soviético, realizava-se um grande trabalho no domínio da saúde pública. As verbas destinadas à saúde pública aumentaram cerca de 2 vezes no primeiro quinquénio e mais de 7 vezes no segundo. Estes meios utilizavam-se na luta contra as epidemias, doenças e enfermidades profissionais. A toda a população, independentemente da situação material, era garantida a assistência médica qualificada e gratuita. Aumentou consideravelmente a rede de estabelecimentos de repouso e de tratamento.

O socialismo, pela primeira vez na história do desenvolvimento social, assegurou as condições de vida dignas do trabalhador e as condições para a elevação sistemática e constante do bem-estar do povo. A elevação contínua do bem-estar do povo foi sempre o objectivo

principal das medidas do Poder Soviético, inclusive no período da industrialização. O primeiro Estado socialista devia superar enormes dificuldades durante o desenvolvimento industrial acelerado, como, por exemplo, a necessidade de fazer grandes acumulações, o que, sem dúvida, limitava as possibilidades de satisfazer as crescentes necessidades do povo. Contudo, o período da industrialização foi assinalado com a mudança radical das condições de trabalho e da vida dos soviéticos, a elevação do bem-estar e o desenvolvimento harmonioso de todos os membros da sociedade. A criação dos ramos-chave da indústria pesada assegurou a base técnico-material necessária para o fomento da indústria ligeira. O desenvolvimento dos ramos que produziam os bens de consumo por sua vez permitiu vencer as dificuldades, existentes nos anos do primeiro quinquénio, no abastecimento da população com produtos alimentares e industriais e aumentar consideravelmente a sua produção. No período da industrialização aumentou sensivelmente o salário real dos operários e empregados, passou-se para a jornada de trabalho de 7 horas, aumentaram os pagamentos aos trabalhadores através dos fundos sociais de consumo. Nos anos do Poder Soviético foi criado um novo sistema de segurança social que garantia os meios de subsistência, a expensas do Estado, aos operários e empregados na velhice, nos casos de incapacidade temporária para o trabalho e de invalidez, bem

como em caso de perda do sustento da família.

Os cálculos mostram que, tomadas em conta todas as fontes de elevação do nível de vida do povo soviético, os rendimentos reais dos operários na indústria e construção civil aumentaram, em 1940, 2,7 vezes por trabalhador e dos camponeses 2,3 vezes em relação ao ano de 1913. Este aumento foi alcançado praticamente em 15 anos da industrialização, pois no começo desta foi apenas conseguido o nível de vida pré-revolucionário dos operários e ultrapassado um tanto o dos camponeses.

A industrialização socialista estava estreitamente ligada à revolução cultural, à elevação do nível cultural e técnico da população. Note-se que, por uma parte, só era possível realizar a industrialização elevando o nível de instrução geral e técnica de todos os trabalhadores e, por outra, esta elevação seria impossível sem a industrialização. É difícil, portanto, sobrestimar a importância da industrialização na elevação do nível cultural da população do país.

Em 1940, nas escolas de ensino geral estudavam mais de 35 milhões de pessoas e nas escolas superiores 812 mil (quase duas vezes mais do que na Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Japão juntos). O desenvolvimento em larga escala do ensino superior e médio especializado contribuiu para a formação da intelectualidade soviética, autenticamente popular.

Com a edificação socialista foi recuperado o atraso cultural dos povos que habitavam as periferias da Rússia czarista. A maioria esmagadora da população das repúblicas nacionais tornou-se alfabetizada. Pela primeira vez, muitos povos adquiriram a sua escrita. Foram formados quadros nacionais de operários e intelectuais.

A elevação incessante do nível de vida material e cultural dos trabalhadores da URSS aglutinou ainda mais todas as camadas do povo em torno do Partido Comunista e do Governo soviético. A aliança da classe operária e do campesinato kolkhoziano tornou-se mais forte. Aumentou o poderio político do Estado soviético.

A PRÁTICA DA CONSTRUÇÃO INDUSTRIAL NOS PAÍSES DE ORIENTAÇÃO SOCIALISTA

O processo histórico mundial de formação de uma nova sociedade aberto pelo Grande Outubro abrangeu grandes extensões da antiga periferia colonial do imperialismo. Disto é testemunha a escolha da orientação socialista por um grande grupo de países libertados. Em África, seguem este caminho Estados que ocupam 30% do território do continente com quase 25% da sua população. Em muitos países de orientação socialista conservam-se ainda relações pré-capitalistas, o predomínio dos sectores agrícola e de matérias-primas e as posições fortes do capital estrangeiro. Em consequência do domínio multissecular dos colonialistas, o nível de desenvolvimento económico destes países é ainda baixo. As indústrias existentes em maior ou menor grau são a extractiva e a ligeira, não existindo quase completamente a produção dos instrumentos de trabalho.

Torna-se cada vez mais claro que sem rea-

lizar a industrialização dirigida para a reestruturação de todos os ramos da economia e a criação de uma indústria nacional moderna, é impossível assegurar a independência económica e a transformação da estrutura social da sociedade.

As vias da industrialização, os seus ritmos e outras particularidades dependem do nível de desenvolvimento económico e cultural, dos recursos naturais e humanos, da base energética e dos transportes, da capacidade do mercado interno e das relações económicas externas destes países. São importantes também os factores sociais, designadamente a política económica do governo e a correlação das forças de classe.

1. Os traços fundamentais dos programas industriais dos países de orientação socialista

A experiência da industrialização dos países de orientação socialista mostra que as vias do seu desenvolvimento industrial são em grande medida diferentes e profundamente marcadas pelas particularidades nacionais e traços específicos do desenvolvimento de cada país. Alguns países, mais desenvolvidos economicamente (Argélia, Síria e outros), acumularam uma rica experiência no domínio da industrialização, e o seu desenvolvimento industrial atingiu proporções consideráveis. Outros países me-

nos desenvolvidos (países da África Tropical, a República Democrática Popular do Iémen, etc.) dão apenas os primeiros passos no caminho da industrialização.

Tomemos a título de exemplo a Argélia que está na vanguarda dos países de orientação socialista quanto ao desenvolvimento industrial. O principal traço distintivo do programa de industrialização acelerada, avançado em 1966 pelo governo democrático revolucionário, foi a sua orientação para a criação de um conjunto económico com as produções estreitamente interligadas. Como primeiro passo foi planeada a criação dos chamados “pólos de desenvolvimento”, grandes empresas industriais, equipadas com técnica e tecnologia modernas. Em torno deles, segundo o desígnio dos autores do programa, deviam surgir indústrias acesórias: empresas fornecedoras e consumidoras dos produtos. Os “pólos de desenvolvimento” começaram a criar-se nos ramos básicos da indústria pesada (chamados também de “ramos industrializadores”).

Na distribuição dos investimentos dava-se prioridade à criação das indústrias metalúrgica, de construção de máquinas, química, petroquímica e electrotécnica. Estes ramos deviam desenvolver-se na base da exploração dos recursos de energia e de matérias-primas (antes de mais do petróleo, gás e minério de ferro), de que o país é rico, e fornecer os seus produtos a outros ramos da economia nacio-

nal. Tal orientação do desenvolvimento dos ramos básicos da indústria pesada, como se considera na Argélia, contribui para a formação dos conjuntos que abranjem todas as fases do processo de produção (extração de matéria-prima, transformação primária, fabrico dos produtos acabados).

Na Argélia destinaram-se grandes investimentos ao desenvolvimento da indústria extractiva, na qual é determinante a extração de petróleo e de gás natural. Os recursos de petróleo e de gás, além de constituir a base energética e de matérias-primas da indústria nacional, são também a principal fonte de obtenção de divisas indispensáveis ao financiamento do programa de industrialização.

Apontando como prioritários os ramos da indústria pesada, os autores da estratégia da industrialização previram também o desenvolvimento contínuo da indústria ligeira (têxtil, de couros, alimentícia e outros ramos). Isto devia assegurar num ou noutro grau a transformação da matéria-prima local e satisfazer na maior medida possível a procura da população de produtos de amplo consumo.

Graças aos grandes investimentos a Argélia alcançou ritmos elevados na construção industrial. Já em 1974, o país começou a construir 77 novas empresas industriais, e em 1975 mais 209. Grandes projectos num montante de 300-500 milhões de dinares argelinos tornaram-se um fenómeno comum, e por vezes o

seu valor atingia 1 mil milhões de dinares.

No começo dos anos 80, por causa das mudanças ocorridas na situação económica e político-social do país, foram feitas certas correcções na estratégia da industrialização. A “explosão demográfica”, ou seja os altos ritmos de crescimento da população, o agravamento do problema alimentar e algumas outras causas condicionaram em grande parte a prioridade dos seguintes ramos do programa de desenvolvimento económico-social da Argélia para os anos 80: a construção habitacional, a agricultura, a infra-estrutura social e económica.

A escolha destes sectores como prioritários não significa que diminua a atenção para com a industrialização, mas testemunha a vontade do Governo argelino de eliminar as desproporções existentes entre as esferas económica e social, a indústria e a agricultura, e assegurar o seu desenvolvimento proporcional e equilibrado. O amplo programa de industrialização para os anos 80 prevê o desenvolvimento acelerado da indústria manufactureira e o aumento do seu peso na estrutura sectorial da economia nacional. Dá-se especial atenção ao aumento dos produtos necessários para o fomento dos ramos prioritários mencionados, o que se pode conseguir mediante a intensificação da produção, o melhoramento da qualidade dos produtos industriais, a observação rigorosa da disciplina financeira nos investimentos. Está previsto o aumento da produção dos materiais de cons-

trução e de vários artigos da indústria de tratamento de metais utilizados na construção civil e na produção de energia eléctrica, de meios de transporte e de equipamentos. Propõe-se também aumentar a produção de máquinas agrícolas, de adubos e de outros produtos necessários para a criação da base industrial da agricultura.

Uma particularidade importante da estratégia da industrialização da Argélia para os anos 80 consiste em dar impulso ao desenvolvimento dos ramos da indústria ligeira (sobretudo alimentícia e têxtil) a fim de satisfazer melhor as necessidades da população em bens de consumo. Mantendo a linha para a criação das grandes empresas equipadas com a técnica moderna, o programa industrial prevê ao mesmo tempo o desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

Quanto aos países da África Tropical, neles, tendo-se em conta as possibilidades concretas, estão a criar-se apenas os germes da indústria e as premissas para a posterior industrialização. Na República Popular do Congo, por exemplo, as condições económicas são menos favoráveis do que na Argélia para a formação da indústria. Apesar do país ter recursos naturais bastante ricos (petróleo, gás, minérios de metais não ferrosos, etc.), faz-se sentir mais fortemente o baixo nível de desenvolvimento económico, a estreiteza do mercado interno (em 1980, o número de habitan-

tes era de 1054 mil), a escassez de recursos financeiros e uma forte dependência económica dos países ocidentais.

Tendo em consideração as condições concretas do país e as particularidades da estrutura da economia nacional, os dirigentes congolese dão preferência, na etapa actual, ao desenvolvimento das forças produtivas da agricultura. Ao mesmo tempo, acentuam sempre a importância da industrialização, encaram-na como um “factor decisivo do desenvolvimento nacional” e dão-lhe grande atenção.

No programa industrial do plano quinquenal para 1982–1986 dá-se especial importância ao desenvolvimento da indústria petrolífera que constitui a principal fonte de rendimentos do Estado, e este procura utilizá-los ao máximo para financiar os planos de desenvolvimento económico e social.

A indústria manufacteira está dirigida principalmente para a criação da “primeira geração da indústria congolese”, isto é, dos ramos que contribuam para a construção da infra-estrutura, trabalhem com a matéria-prima agrícola e sirvam a agricultura (a produção dos materiais de construção, a construção civil, a indústria alimentícia e de tratamento de metais).

Actualmente no que diz respeito à indústria manufacteira, o governo do país dá prioridade à construção das empresas médias e pequenas. A criação do sector industrial está estreitamente ligada ao desenvolvimento da pro-

dução artesanal. A construção de grandes empresas industriais que requerem consideráveis investimentos, um mercado largo, etc., planeia-se para o futuro.

No sector industrial, os dirigentes congolese atribuem especial importância ao desenvolvimento da “produção popular”, ou seja, à criação de diferentes tipos de cooperativas e associações, em que não surjam as relações de exploração. As actividades mais acessíveis à “produção popular” são a construção civil, a produção dos materiais de construção, de pequenos mecanismos e instrumentos agrícolas e de confecções, trabalhos de marcenaria, etc. Considera-se que a base tecnológica mais adequada à “produção popular” são os mecanismos simples que exigem um trabalho mais intensivo e pequenos gastos de capitais.

A República Democrática Popular do Iémen começou a desenvolver a indústria, depois da conquista da independência política em 1967, nas condições ainda mais difíceis, partindo praticamente do zero. Encontrava-se num nível de desenvolvimento económico extremamente baixo, não dispunha dos recursos naturais descobertos, reservas financeiras e quadros qualificados.

Ao propor-se liquidar a herança colonial, a realizar transformações económico-sociais radicais e a resolver problemas sociais agudos, o governo democrático revolucionário, tendo em conta as condições objectivas do país e

compreendendo que com uma base técnico-material muito débil é irreal acelerar a industrialização mediante a construção das empresas da indústria pesada, concentrou a sua atenção na criação da infra-estrutura, na modernização da agricultura e no aumento gradual do potencial industrial, em primeiro lugar, das indústrias ligeira e alimentícia. Esta orientação do desenvolvimento industrial permite satisfazer a procura da população de vários bens de consumo, diminuir a dependência da importação e economizar divisas estrangeiras. Permite também reforçar as ligações directas entre a indústria e a agricultura devido ao aumento da procura das matérias-primas agrícolas e dos bens de consumo. Além disso, tal orientação testemunha que a procura industrial se coordena com o desenvolvimento de outros ramos da economia e antes de mais da agricultura (que no Iémen Democrático, assim como em outros países de orientação socialista, é o sector mais atrasado da economia), se estabelece a sequência óptima do desenvolvimento dos ramos, conforme as condições concretas do país.

Uma etapa de particular importância na criação de uma sólida base industrial da economia nacional é o segundo plano quinquenal (1981-1985). Segundo o plano, na indústria os investimentos utilizam-se fundamentalmente para aumentar as capacidades energéticas, desenvolver os ramos de extracção, alargar o

sistema de abastecimento de água e criar empresas de produção dos materiais de construção. Note-se que o plano prevê um rápido desenvolvimento do sistema energético: aumentar a produção de energia eléctrica em 1985 aproximadamente em 90% em relação a 1980. Isto permitirá fortalecer a base energética do país, da qual em grande parte depende o desenvolvimento da indústria, a agricultura, os transportes e outros ramos da produção material.

O plano prevê o prosseguimento da prospecção de petróleo, minério de ferro, materiais de construção, metais raros e outros minerais, reflectindo o objectivo da RDP do Iémen de possuir a sua própria base de matérias-primas que permitirá criar no futuro a indústria mineira e outros ramos da indústria pesada.

A Tanzânia, assim como a RDP do Iémen, é um dos países pouco desenvolvidos economicamente. Em 1981, entrou em vigor o programa a longo prazo de fomento da economia, até o ano de 2000, dividido em quinquénios. Este programa mostra que a Tanzânia é partidária da ideia do apoio nas forças e recursos próprios ("self-reliance") e procura pô-la em prática para conseguir um desenvolvimento autónomo e relativamente independente em relação aos factores externos.

A política de "self-reliance" no desenvolvimento da indústria visa conseguir o auto-abastecimento de vários produtos industriais

necessários à satisfação das necessidades quotidianas da população. De acordo com o programa a longo prazo, o período de 1980-2000, prevê-se aumentar de 9,3% para 16% o peso da indústria manufactureira na estrutura sectorial da economia nacional. Na indústria, consideram-se como prioritários os ramos que transformam a matéria-prima agrícola (caju, sisal, cana-de-açúcar, etc.), os que utilizam os minerais locais (minério de ferro, carvão, fosforites, estanho, cobre, etc.), os que produzem artigos de amplo consumo para o mercado interno (vestuário, bicicletas, aparelhos de rádio, etc.).

Além disso, planeia-se conseguir, até 2000, o serviço tecnológico da indústria por meios próprios, incluindo a formação de quadros qualificados, a padronização dos produtos, a organização das investigações científicas, etc.

O traço mais característico do desenvolvimento industrial da Tanzânia é a sua subordinação às necessidades da agricultura. A indústria deve não só transformar os produtos agrícolas, como também produzir máquinas e alfaias agrícolas, adubos, materiais de construção e outros, necessários para fortalecer a base técnica da agricultura. Organiza-se também o crédito agrícola, realizam-se reformas no sistema de exploração do solo e outras medidas. Tudo isto visa aumentar a produtividade da agricultura e conseguir o auto-abastecimento de produtos alimentares.

Apesar da diversidade das particularidades nacionais, os países de orientação socialista têm muitos traços comuns na abordagem do problema da industrialização.

Antes de mais os governos democráticos revolucionários destes países procuram reorganizar a estrutura atrasada da economia à custa, principalmente, do sector estatal e não privado. É característica dos países de orientação socialista a linha firme e consequentemente orientada para a criação e fortalecimento do sector estatal nos ramos-chave da economia nacional, limitando-se assim a espontaneidade do mercado capitalista, e a abolição da propriedade privada dos meios de produção. O sector estatal é considerado, nestes países, a base material da industrialização e do desenvolvimento das forças produtivas. Actualmente, na maioria dos países de orientação socialista, o sector estatal ocupa as posições dominantes na indústria e na economia em geral.

Na Argélia, por exemplo, as empresas estatais produzem a massa fundamental dos artigos da indústria transformadora, a companhia estatal SONATRAC controla os trabalhos de prospecção de petróleo e de gás e praticamente toda a sua extracção e transformação. Na RDP do Iémen, o plano de desenvolvimento económico-social para 1981-1985 prevê um aumento de 7% (de 53 para 60%) da parte do produto nacional bruto correspondente ao sector estatal. Na produção indus-

trial, a sua parte deverá aumentar, neste período, em 3% (de 59 para 62%). Na Etiópia, às empresas estatais corresponde cerca de 90% da produção industrial. Em Moçambique, pouco tempo depois de proclamada a independência, o Estado colocou sob o seu controlo o banco, as companhias de seguro, os transportes e o comércio externo. Muitas empresas industriais foram nacionalizadas. O sector estatal ocupou as posições dominantes nos ramos-chave da economia nacional. Em 1982, correspondia-lhe 70% da produção de mercadorias.

Nos países em que o sector estatal, por uma ou outra razão, não ocupa ainda posições dominantes na economia nacional, também se dá atenção primordial ao seu desenvolvimento.

Falando da industrialização, não se pode omitir o problema da rentabilidade das empresas estatais, visto que muitas delas durante algum tempo trabalham com baixo rendimento ou até com prejuízo. Isto se explica tanto pelo facto de se ter dada insuficiente atenção à rentabilidade do sector estatal nos primeiros anos do seu desenvolvimento, como por muitas outras causas (orientação para os ramos-chave da indústria e da infra-estrutura que consomem grandes capitais e requerem muito tempo para atingir o rendimento projectado das capacidades produtivas; má organização da gestão do processo de produção; erros na pla-

nificação; dificuldades no abastecimento técnico-material e na venda dos produtos, etc.). Nos últimos anos, nos programas industriais dos países de orientação socialista dá-se grande importância à elevação da rentabilidade das empresas do sector estatal, ao aperfeiçoamento da sua gestão e à melhoria do sistema de planificação.

Um traço característico da reestruturação radical das forças produtivas e da criação da base industrial da economia nacional nos países de orientação socialista é a eliminação completa ou a redução drástica da actividade dos monopólios estrangeiros na indústria e em outros ramos-chave da economia. Além disso, nestes países tomam-se medidas, em maior ou menor grau consequentes, para limitar e reduzir a actividade do capital privado nacional, sobretudo o grande.

Por exemplo, o governo democrático revolucionário da Argélia nacionalizou todas as empresas mais ou menos grandes na indústria mineira e de transformação e, depois, estabeleceu o controlo sobre a indústria do petróleo e do gás cujas exportações constituem a parte leonina das receitas do país.

Acabou-se resolutamente com a posição dominante do capital privado na Etiópia. Foram nacionalizadas por completo ou parcialmente as empresas industriais e comerciais mais importantes, pertencentes ao capital estrangeiro e à burguesia nacional, e todas as

instituições financeiras.

Na Tanzânia, graças à nacionalização da propriedade dos monopólios estrangeiros, como também do capital nacional grande e em parte médio, todos os ramos-chave da economia estão sob o controlo do Estado.

Em alguns países de orientação socialista, as proporções da nacionalização não foram tão consideráveis e as posições do capital estrangeiro continuam bastante sólidas em alguns ramos, os quais o Estado ainda não está em condições de desenvolver. Foi talvez justificada a decisão do Congo de adiar a nacionalização da indústria petrolífera e de obrigar as companhias estrangeiras, que extraem o petróleo no país, a aumentar a taxa de descontos dos seus lucros. A mesma atitude para com as companhias estrangeiras de extracção de minerais tinham, nos primeiros anos da independência, Angola e Moçambique.

Os Estados de orientação socialista concentram nas suas mãos o controlo sobre os ramos-chave da economia nacional e limitam a actividade do sector privado que não responde às necessidades do desenvolvimento industrial, atraindo ao mesmo tempo o capital privado estrangeiro e nacional para a criação de empresas da indústria de extracção e de transformação, das instalações energéticas, etc., e utilizando os seus recursos financeiros, o potencial técnico-científico e as possibilidades da divisão internacional do trabalho a fim

de criar a base industrial da economia nacional.

Nos programas industriais dos países de orientação socialista dá-se especial atenção à política em relação aos pequenos empresários privados e aos artesãos. As tentativas empreendidas em alguns países (Guiné e outros) de acabar por completo não só com os grandes, mas também com os pequenos empresários privados tiveram consequências negativas no processo de desenvolvimento industrial. Actualmente, os governos democráticos revolucionários têm uma atitude mais diferenciada para com o sector privado. Em relação aos pequenos empresários (diferentemente dos grandes), o Estado promove uma política de apoio, favorece o seu desenvolvimento, reservando-lhes a produção de alguns tipos de artigos, concedendo créditos em condições mais favoráveis e benefícios fiscais, abastecendo com vários produtos industriais, prestando ajuda no aperfeiçoamento da sua base técnico-material, etc.

É completamente justificada a tendência de utilizar as possibilidades e os recursos da pequena produção que constitui actualmente 90% da indústria de transformação dos jovens Estados. Além de satisfazer a procura dos artigos de primeira necessidade, sobretudo dos artigos tradicionais que respondem aos gostos nacionais específicos e cuja produção não é rentável mesmo para as empresas médias por causa da estreiteza do mercado, a pequena pro-

dução desempenha um papel notável no fabrico de alguns instrumentos de trabalho rudimentares, alguns materiais de construção, etc. Considera-se que a pequena produção pode dar certa contribuição ao fornecimento das grandes empresas estatais, nos marcos do subcontrato, de peças sobressalentes, instrumentos e ferramentas simples, etc. A modernização e o desenvolvimento das pequenas empresas contribuem também para a solução do problema da descentralização da produção industrial, a liquidação das grandes desproporções territoriais no desenvolvimento das diferentes regiões do país. Como se sabe, a construção industrial moderna limita-se aos poucos centros industriais que possuem a infra-estrutura produtiva indispensável para o desenvolvimento da indústria (energia eléctrica, rodovias, caminhos-de-ferro, meios de comunicação, instituições bancárias, etc.). A pequena produção não necessita destas condições infra-estruturais. Por isso na sua base é possível transferir a indústria manufactureira para as regiões agrícolas atrasadas e transformá-las economicamente. Isto permite também reforçar as ligações económicas entre a cidade e o campo.

Outro argumento económico e social importante em favor do apoio e fortalecimento da pequena produção consiste em que esta contribui para o emprego da população activa. O desenvolvimento da pequena indústria e da produção artesanal (tanto nas cidades como no

campo) é considerado nos países libertados um dos meios fundamentais de aumentar o emprego da mão-de-obra com baixa qualificação e sem qualificação alguma, sobretudo nas zonas rurais com o desemprego em massa.

A prioridade que se dá, em alguns jovens Estados, à pequena produção trabalhosa que não requer grandes investimentos e utiliza a tecnologia local, não significa a recusa de criar a indústria moderna que necessita de investimentos consideráveis mas, via de regra, absorve apenas um número pequeno de mão-de-obra. Do ponto de vista da longa perspectiva, a industrialização é justamente um meio seguro para aumentar a ocupação da mão-de-obra. Além disso, a solução dos problemas essenciais do desenvolvimento económico-social dos jovens Estados só é possível, em última análise, na base da criação da grande indústria equipada com a técnica e tecnologia modernas e capaz de transformar radicalmente toda a economia no sentido da intensificação da produção social e da elevação da sua eficácia.

Um dos traços fundamentais dos programas industriais dos países de orientação socialista é a tendência para utilizar racionalmente os recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis com o objectivo de superar o mais rapidamente possível a herança colonial e resolver as tarefas nacionais. Neste sentido é característica a atenção que os jovens Estados dedicam ao emprego produtivo da mão-de-obra. Por

exemplo, no programa industrial da Argélia para os anos 80, esta tarefa coloca-se como uma das principais. Prevê-se que os ritmos médios anuais de aumento da ocupação da população activa na indústria constituirão, em 1980-1990, 6-7%. Isto permitirá criar mais de 225 000 novos postos de trabalho em cinco anos e cerca de 500 000 em dez anos. Ao mesmo tempo, para utilizar mais plena e eficazmente a mão-de-obra, planeia-se ampliar o sistema de ensino e de formação dos quadros nacionais qualificados (mediante a criação de institutos tecnológicos especiais com um prazo reduzido de ensino, a organização dos centros de ensino técnico profissional nas empresas industriais, etc.). Note-se que graças à política do Estado, pela primeira vez na história da Argélia, o desemprego cessou de aumentar no fim dos anos 70 e em algumas regiões foi conseguido o pleno emprego.

A combinação das tarefas do progresso técnico-económico e social é uma importante particularidade dos programas industriais dos países de orientação socialista. Ao realizar a construção industrial, os governos destes países fazem muito para melhorar a situação material e social e as condições habitacionais dos trabalhadores, liquidar o analfabetismo e o desemprego, ampliar o sistema de saúde pública e de instrução, etc. Os frutos do desenvolvimento industrial utilizam-se no interesse da esmagadora maioria da população. Na Car-

ta Nacional da Argélia assinala-se, por exemplo, que o Estado assegura o progresso social e cultural, torna a instrução acessível a todos, vela pelo melhoramento constante do bem-estar de todo o povo.

É muito mais difícil encontrar recursos financeiros nos países com baixo nível de desenvolvimento económico e possibilidades extremamente limitadas. No entanto, nestes países também se planeiam e realizam com êxito medidas orientadas para melhorar as condições de vida das amplas camadas da população. Por exemplo, segundo o plano quinquenal (1981-1985) da República Democrática Popular do Iémen, cuja tarefa central é elevar o nível de vida da população para o desenvolvimento social e cultural destina-se mais de 30% dos investimentos na economia nacional. O plano prevê a construção de habitações, novas escolas, hospitais, instalações desportivas, cinemas, etc.

Nos Estados de orientação socialista aumentam os salários, melhora a segurança social. Assim, em Moçambique, nos anos da independência, os salários dos trabalhadores aumentaram 2-4 vezes. Baixou a renda de casa. Em 1973, nas escolas primárias estudavam 600 mil pessoas, enquanto em 1980 já, 1,5 milhões. A assistência médica é gratuita. Na Etiópia, no fim de 1975, entrou em vigor a nova legislação do trabalho que proíbe a exploração do homem pelo homem e garante os direitos

dos trabalhadores à jornada de trabalho de 8 horas, ao salário mínimo e às férias anuais pagas. Antes da revolução, apenas 7% da população sabia ler e escrever, enquanto hoje os alfabetizados constituem 44,5%. Isto quer dizer que mais de 10 milhões de adultos aprenderam a ler e escrever.

Os países de orientação socialista dão os primeiros passos no desenvolvimento industrial numa situação material e financeira muito tensa, o que engendra frequentemente dificuldades económicas bastante sérias. À medida que se realizam as transformações económico-sociais, agrava-se a luta de classes, política e ideológica. Às forças progressistas opõem-se o imperialismo e a reacção interna que pretendem impedir a libertação verdadeira dos povos destes países. Desde o começo que o seu desenvolvimento industrial se torna o alvo da política do imperialismo que procura colocar sob o seu controlo o processo de industrialização nos jovens Estados a fim de mantê-los explorados e desiguais em direitos no sistema capitalista. Os países de orientação socialista só podem fazer frente à crescente ofensiva das forças do capitalismo mundial e libertar-se do seu *diktat*, apoiando-se na ajuda da União Soviética e de outros países da comunidade socialista.

2. Os ramos básicos da indústria é a esfera fundamental da cooperação da URSS com os países em vias de desenvolvimento

Logo após a vitória do Grande Outubro, o Estado soviético anunciou a ruptura completa com a política bárbara dos governos burgueses que baseavam o bem-estar dos exploradores na escravização de centenas de milhões de trabalhadores das colónias. À política imperialista de espoliação foi oposta a política socialista de amizade e cooperação em pé de igualdade, de apoio à conquista e consolidação da independência.

Seguindo a política leninista, a primeira potência socialista do mundo desde o primeiro momento da sua existência tornou-se apoio seguro dos povos em luta pela libertação nacional. Com o desmoronamento do sistema colonial do imperialismo e a formação de novos Estados soberanos, o papel da União Soviética aumentou muito. Baseando as suas relações com eles nos princípios da igualdade, respeito pela soberania, não ingerência nos assuntos internos e vantagem mútua, a URSS presta uma ajuda eficaz aos países libertados, sobretudo aos de orientação socialista. Esta cooperação é ampla e multilateral. Compreende as relações políticas e culturais e a assistência económica e técnica no fortalecimento da economia nacional.

A cooperação da União Soviética com os países de orientação socialista no domínio económico aumenta constantemente e assenta na abordagem global dos problemas de desenvolvimento dos jovens Estados. A abordagem global exprime-se na assistência prestada aos jovens Estados na criação de uma economia nacional altamente industrializada, tendo-se em conta as condições específicas de um ou outro país: criação de conjuntos industriais e agro-industriais, criação da infra-estrutura técnico-científica, organização da instrução pública e a formação de quadros, incorporação activa na especialização e cooperação económica internacional e no intercâmbio técnico-científico.

Os acordos intergovernamentais a longo prazo constituem um fundamento sólido da cooperação económica da URSS com os países de orientação socialista. Para os jovens Estados, os acordos intergovernamentais têm grande importância porque possibilitam a introdução de elementos da planificação na economia nacional e criam as condições para a conjugação adequada das fontes internas e externas de desenvolvimento.

Actualmente, a União Soviética tem acordos sobre a cooperação económica e técnica com 65 países em vias de desenvolvimento.

Até o começo de 1982, com a assistência da URSS, nos países libertados foram construídas, estão em construção e serão construídas as empresas para a produção de 25 mi-

lhões de toneladas de aço, a extracção de 68 milhões de toneladas e a refinação de 23 milhões de toneladas de petróleo, as centrais eléctricas com a potência total de 19 milhões de kW, cerca de 5 mil km de rodovias e caminhos-de-ferro. Com a ajuda da URSS nos países da Ásia, África e América Latina foram construídas, estão em construção e serão construídas ao todo 1150 empresas industriais e outras obras, das quais cerca de 700 já são postas em funcionamento. Quase metade de todas as obras cria-se nos países de orientação socialista.

O carácter das empresas que se constroem com a assistência da URSS mostra claramente a orientação da cooperação económica e técnica da União Soviética com os jovens Estados. A maioria destas obras concentra-se nos ramos-chave da economia nacional: a produção de combustíveis e energia, siderurgia e metalurgia não ferrosa, a construção de máquinas, o tratamento de metais, etc. Estas empresas formam a base técnico-material para superar as consequências do colonialismo, criam os alicerces para o desenvolvimento de outros ramos da economia nacional. Trata-se de empresas com as proporções óptimas da produção que permitem diminuir o custo de produção e assegurar a capacidade competitiva dos produtos no mercado mundial.

A maior parte da assistência da URSS aos países em vias de desenvolvimento cabe à

indústria, 76,3%, incluindo a energética. Se acrescentar o volume da assistência na prospecção geológica, factor importante para a consolidação da base industrial dos jovens Estados, e a ajuda na formação de quadros nacionais qualificados para a indústria, este índice será superior a 80%.

A prioridade que se dá à cooperação industrial explica-se pelo facto de, nos jovens Estados, a grande produção industrial, equipada com a técnica e tecnologia modernas, ser a única base real em que é possível transformar a estrutura colonial da economia, aumentar a produtividade do trabalho, elevar o nível de vida dos trabalhadores e superar o atraso económico.

É importante também que os projectos industriais, em cuja realização participa a URSS, não incluem, geralmente, empresas isoladas, ainda que grandes, mas uma série de empresas interligadas entre si pelo processo tecnológico de produção, isto é, além da fábrica-piloto de um ramo, inclui empresas importantes de outros ramos. Isto contribui para a formação de um conjunto económico dos ramos e indústrias estreitamente interligados e a integração na produção moderna das empresas do sector tradicional. Com a ajuda da URSS e de outros países socialistas são criados e estão em criação conjuntos produtivo-territoriais e económicos na Síria, Argélia, Afeganistão, RDP do Iémen e noutros países.

Servem de exemplo de cooperação global na indústria os ramos tanto da indústria transformadora como da de extracção, onde a assistência da União Soviética abrange, em muitos casos, todas as fases sucessivas do processo de produção: análise dos recursos minerais, prospecção geológica, exploração dos jazigos descobertos. Na Argélia, à base do jazigo de mercúrio "Ismail", descoberto pelos especialistas soviéticos, com a assistência da URSS, foi construído um conjunto metalúrgico com a capacidade prevista de 320 toneladas de mercúrio de alta pureza por ano. A fábrica de enriquecimento "Ismail" é rentável, sendo o volume da produção superior ao que foi projectado. Em Dezembro de 1979, foi assinado um acordo com Angola sobre a cooperação no domínio da geologia e indústria mineira que prevê a assistência da URSS na prospecção e exploração dos minérios de cobre, de quartzo, fluoritas e outros minerais. No Congo, os especialistas soviéticos descobriram grandes jazigos de minérios de chumbo e zinco e ajudaram a criar uma fábrica de enriquecimento, cujos produtos são destinados à exportação. No Afeganistão, com a ajuda da União Soviética foram descobertos e postos em exploração jazigos do gás natural, construídos gasodutos, uma fábrica para a produção dos adubos azotados e uma central termoeléctrica que utiliza o gás natural.

Além das empresas industriais, a URSS aju-

da a criar também obras energéticas, cuja importância para a economia nacional é difícil sobrestimar sobretudo quando na economia capitalista mundial se agravam as crises energética e de matérias-primas. As centrais eléctricas construídas com a assistência da União Soviética produzem cerca de 70% do total da energia eléctrica na Síria e 65% no Afeganistão. De acordo com os tratados intergovernamentais sobre a cooperação com a URSS, assinados até o fim de 1980, nos países em vias de desenvolvimento serão construídas mais de cem obras energéticas, incluindo centrais térmicas, hidráulicas e atómicas, linhas de transmissão de electricidade, um grande número de subestações.

As empresas industriais construídas com a ajuda da URSS são muito importantes também porque se criam no sector estatal, são uma fonte sólida de receitas do orçamento do Estado e têm uma rentabilidade mais elevada. Por exemplo, é altamente rentável a indústria petrolífera nacional da Síria, criada com a assistência da União Soviética. O preço de custo da energia eléctrica produzida na central hidroeléctrica do Eufrates é 10 vezes inferior do que, em média, em outras centrais eléctricas do país. As empresas resultantes da cooperação soviético-afegã deram em 1980 cerca de 10 mil milhões de afghanís de lucro, constituindo mais de 35% das entradas para o orçamento do Estado.

Em muitos países de orientação socialista, às empresas, criadas no sector estatal com a assistência da URSS e de outros países socialistas, corresponde a maior parte ou mesmo toda a produção dos ramos industriais modernos: 100% da extracção de petróleo na Síria, 100% da extracção do gás natural e da produção de adubos no Afeganistão, 100% da refinação de petróleo na Etiópia; mais de 90% da produção de aço na Argélia; corresponde-lhes mais de 60% das capacidades da indústria de madeiras da Guiné, etc. Esta é uma das diferenças de princípio entre a assistência da União Soviética e a “ajuda” das potências imperialistas, para as quais a consolidação do sector estatal poderia embaraçar a política expansionista do capitalismo.

Portanto, a cooperação económica e técnica da URSS com os países de orientação socialista contribui para a aceleração da sua industrialização, a criação de uma base material sólida, a transformação da economia nacional nas bases modernas. O sector estatal em consolidação dá a estes países possibilidades reais para fortalecer os elementos de planificação e controlo sobre a economia, limitando assim a espontaneidade do mercado.

A assistência na formação de quadros nacionais qualificados é um elemento componente da cooperação económica e técnica a longo prazo com os jovens Estados. Com a ajuda da URSS, nos países em vias de desenvolvimento são cria-

dos cerca de 150 estabelecimentos de ensino para a formação de especialistas e estão a criar-se mais quase 100. Entre eles o Instituto Metalúrgico e de Minas na Argélia, Institutos Politécnicos no Afeganistão, na Etiópia, na Birmânia e na Guiné, a escola técnica de petróleo e minas no Afeganistão e muitos outros. Com a ajuda da União Soviética foram formados 850 mil especialistas dos países em vias de desenvolvimento: engenheiros, médicos, professores, técnicos e operários qualificados. Uma das formas de assistência mais efectivas, aplicada pela primeira vez pela União Soviética nos jovens Estados, é a preparação maciça de quadros qualificados através do ensino individual, em equipas e cursos no processo de construção e exploração das empresas industriais e outras obras. Mais de metade dos operários qualificados e especialistas, preparados com a ajuda da URSS, passaram por esta forma de ensino.

A criação com a ajuda da União Soviética de numerosas grandes empresas industriais e outras obras tem mais um importante aspecto económico e social: aumenta a ocupação da população activa, o número dos operários industriais, forma uma estrutura mais progressista da ocupação da força de trabalho.

Ajudando os jovens Estados na construção das empresas industriais, na transferência da técnica e tecnologia modernas e na formação de especialistas, a União Soviética ao mesmo

tempo ajuda-os a elaborar e introduzir os métodos modernos de organização do trabalho nas empresas, o que é muito importante nas condições da revolução técnico-científica. A aplicação das formas e métodos progressistas de organização do trabalho, correspondentes às condições da produção industrial dos países em desenvolvimento, permite conjugar de uma forma mais adequada a tecnologia e mão-de-obra no processo de produção, assegura a utilização mais efectiva dos recursos materiais e humanos e a elevação da produtividade do trabalho, contribui para a conservação da saúde do homem.

A União Soviética assenta as suas relações com os jovens Estados nos princípios da igualdade e da vantagem mútua, concedendo-lhes créditos para a construção de empresas industriais em condições vantajosas (a baixo juro e a longo prazo) sem os acompanhar de quaisquer exigências que afectem os direitos ou a dignidade desses países. O juro anual sobre os créditos soviéticos constitui, geralmente, 2–2,5%. Os créditos são concedidos para 10–12 e mais anos. Além disso, o reembolso começa, frequentemente, terminado o prazo de favor, depois da União Soviética cumprir os fornecimentos de máquinas, equipamentos e outros bens industriais previstos no crédito e depois de a empresa ser posta em funcionamento. Por isso o reembolso dos créditos soviéticos não acarreta dificuldades financeiras para o país devedor.

A situação económica do país devedor é facilitada também pela possibilidade de amortizar os créditos soviéticos com matérias-primas, produtos agrícolas e outras mercadorias de exportação tradicional ou com produtos industriais das empresas construídas e postas em funcionamento no âmbito da cooperação. Nos últimos anos, difunde-se cada vez mais a prática dos acordos de crédito compensatórios que pressupõem a concessão, aos países libertados, de créditos a longo prazo e o fornecimento, à conta deles, de máquinas, equipamentos e materiais necessários à construção das empresas industriais. A assistência económica e técnica da União Soviética é paga com o fornecimento a longo prazo de uma parte dos produtos fabricados nestas empresas e no valor que cobre por completo o crédito concedido, incluindo o juro.

Como exemplo da cooperação compensatória pode servir a ajuda da URSS à Guiné na criação e exploração da empresa industrial para a extracção de bauxite em Kíndia. O crédito soviético é pago com o fornecimento de bauxite produzido nesta empresa. Nas mesmas condições o Afeganistão fornece gás natural à União Soviética. Projecta-se pagar os créditos concedidos ao Congo para a construção de uma mina aberta e de uma fábrica de enriquecimento de minérios polimetálicos na base do jazigo de Jenguile e uma mina em Ianga-Kubenza para a extracção de minérios polimetálicos com os fornecimentos de polimetais concentrados.

A ajuda na base do crédito compensatório não cria nenhuma dificuldade ao país receptor, mas aumenta a sua eficácia e vantagem mútua, contribui para a cooperação a longo prazo, assegura o pagamento completo e nos prazos fixos dos créditos com as mercadorias que representam interesse para o país credor.

A cooperação económica e técnica da URSS com os jovens Estados influi na sua situação na economia capitalista mundial. Ao prestar assistência na construção industrial, a União Soviética ajuda os países em desenvolvimento a lutar pela eliminação da sua situação de desigualdade, no sistema da divisão capitalista internacional do trabalho. É de notar especialmente que a influência da URSS no decurso e o desfecho da luta dos jovens Estados pela sua independência económica não se limita à ajuda económica directa. A existência da URSS e de outros países da comunidade socialista já por si só limita a política agressiva e expansionista do imperialismo, reduz a zero as suas tentativas para fazer voltar atrás a marcha objectiva do desenvolvimento mundial e impedir a aspiração dos povos à liberdade e ao progresso. Os países capitalistas desenvolvidos vêem-se obrigados, em muitos casos, a desistir da chantagem económica aberta e da pressão política em relação aos jovens Estados e a fazer concessões: aumentar o valor e aliviar as condições da ajuda financeira, participar na constru-

ção industrial, incluindo as empresas manufatureiras, etc. É óbvio que isto não altera a essência escravizadora da política económica das potências imperialistas, mas confirma que a cooperação com os países socialistas permite aos jovens Estados resistir com êxito ao *diktat* dos monopólios.

CONCLUSÃO

A realização com êxito da industrialização na URSS foi a concretização das ideias de Lénine que formulou teoricamente os princípios fundamentais da industrialização socialista e elaborou o plano de transformação da economia nacional na base da grande produção mecânica. A transformação num curto espaço de tempo do país atrasado de pequenos camponeses numa potência industrial desenvolvida, num país com a grande agricultura mecanizada, o ascenso económico e cultural sem precedentes na história, o aumento do bem-estar dos trabalhadores do Estado soviético comprovaram as grandiosas vantagens do socialismo.

A União Soviética realizou a industrialização nas condições extremamente difíceis, cercada pelos Estados capitalistas. No entanto, graças à abnegação dos soviéticos, conscientemente dispostos a aceitar os sacrifícios materiais a fim de encaminhar todos os recursos disponíveis para a construção industrial, graças às vantagens

do sistema socialista de economia, o Estado socialista em menos de três quinquénos alcançou o progresso económico e técnico-científico e obteve resultados para os quais os países capitalistas necessitaram muitos decénios.

A industrialização socialista mudou por completo o aspecto do país e o modo de vida da sua população multinacional. No país foi criada a grande indústria socialista multisectorial. Transformou-se radicalmente a estrutura territorial e sectorial da economia nacional. Surgiram ramos industriais absolutamente novos: a indústria automobilística, a construção de tractores, de aparelhos de medição, de aviões, de ferramentas, química, a construção de máquinas para a agricultura, etc. Devido ao desenvolvimento industrial acelerado transformaram-se muito rapidamente as periferias nacionais da União Soviética, tornando-se repúblicas industrialmente desenvolvidas. Simultaneamente consolidaram-se as relações económicas intra-sectoriais, intersectoriais e inter-regionais. A industrialização criou as premissas técnico-materiais necessárias para a transformação socialista da agricultura. Fez crescer a classe operária e fortalecer o seu papel dirigente. Na União Soviética foram eliminadas por completo todas as formas de exploração do homem pelo homem, tanto na cidade, como no campo, foi acabado com o desemprego e a miséria e garantido o direito real ao trabalho, ao repouso, à instrução e à assistência médica gratuitas. Desapareceram para sempre as

formas capitalistas de distribuição dos bens materiais: segundo o capital, a posse da terra ou o valor da força de trabalho. A sua distribuição efectua-se segundo a quantidade do trabalho e no interesse da satisfação mais completa das crescentes necessidades materiais e culturais de todos os trabalhadores.

A Revolução de Outubro e o exemplo soviético têm sido tão atraentes que passaram a ser um poderoso factor motriz do processo revolucionário mundial e exerceram enorme influência nos destinos históricos de muitos países e povos.

Na época contemporânea, a principal lei do desenvolvimento social é a passagem do capitalismo para o socialismo. Por isso, no antigo mundo colonial, tem um reconhecimento cada vez maior a concepção marxista-leninista da orientação socialista que oferece a fundamentação teórica das vias e formas de passagem gradual dos países libertados para o socialismo.

Os grandes êxitos da União Soviética na transformação industrial da sociedade atraem hoje a atenção de diferentes países em vias de desenvolvimento e forças sociais no mundo e sobretudo dos Estados que escolheram o caminho de desenvolvimento socialista. O desenvolvimento industrial destes países está ligado com a crescente socialização dos meios de produção e a intervenção do Estado na economia, com a criação e consolidação do sector estatal nos

ramos-chave da economia nacional, a aplicação dos métodos de planificação e a abordagem, a longo prazo, do problema da industrialização, com a influência da política financeira, de crédito e de planificação destes Estados na formação do mercado interno, a liquidação completa ou a redução brusca da actividade dos monopólios estrangeiros, o estabelecimento do controlo estatal eficaz sobre a iniciativa privada, etc. Isto demonstra a semelhança considerável com o modelo soviético de industrialização.

Claro que os jovens Estados não copiam mecanicamente a experiência soviética de industrialização, mas aplicam-na tendo em conta as suas condições económico-sociais concretas de desenvolvimento e as suas possibilidades reais.

Os Estados capitalistas aproveitavam e continuam a aproveitar o atraso dos países da Ásia, África e América Latina em benefício da burguesia das potências imperialistas altamente desenvolvidas, enquanto a União Soviética e outros países socialistas prestaram e prestam uma ajuda desinteressada aos povos que lutam pela conquista e fortalecimento da sua independência nacional.

O aumento impetuoso do volume da ajuda económica e técnica, prestada pela União Soviética aos países libertados no seu desenvolvimento industrial, testemunha o carácter frutífero e mutuamente vantajoso dos esforços conju-

gados no domínio do intercâmbio económico e da reconstrução da economia nacional dos jovens Estados. Tal cooperação contribui para a sua iniciação no verdadeiro progresso social, o fortalecimento da sua soberania nacional e o desenvolvimento harmonioso da sua economia, ciência e cultura.

ÍNDICE

Introdução	3
Capítulo I. O plano leninista de industrialização da Rússia	7
1. As condições em que a Rússia soviética começou a construção industrial	7
2. As ideias leninistas sobre a industrialização socialista	15
Capítulo II. A realização do programa de industrialização socialista	29
1. Os traços característicos e as particularidades da industrialização da URSS	31
2. As fontes de financiamento da industrialização socialista	45
3. A industrialização e o progresso social	60
Capítulo III. A prática da construção industrial nos países de orientação socialista	70
1. Os traços fundamentais dos programas industriais dos países de orientação socialista	71
2. Os ramos básicos da indústria é a esfera fundamental da cooperação da URSS com os países em vias de desenvolvimento	91
Conclusão	103

AO LEITOR

Os Editores ficar-lhe-ão muito agradecidos se nos der a conhecer a sua opinião acerca da tradução do presente livro, assim como acerca da sua apresentação e impressão. Agradecer-lhe-emos também qualquer outra sugestão. O nosso endereço é;
Edições Progresso, Zúbovski bulvar, 17, Moscovo, URSS.

EDIÇÕES "PROGRESSO"

A publicar

KIVA A. - O Imperialismo e a Luta pelo Progresso Social

A brochura trata da luta ideológica do imperialismo contra o Estado soviético e os países que escolheram a via independente de desenvolvimento. O autor expõe processos e métodos que o imperialismo utilizou para impedir a edificação do socialismo na União Soviética. Além disso, analisa aspectos actuais da luta ideológica contemporânea, importantes para os países que se libertaram.

A edição destina-se a um vasto círculo de leitores.

EDIÇÕES "PROGRESSO"

A publicar

DZARÁSSOV S. Os Primeiros Passos para o Socialismo

O novo Estado soviético enfrentou enormes dificuldades na sua formação: ainda não havia nenhuma experiência prática nem eram conhecidas formas concretas para a organização dos órgãos administrativos, económicos, militares e outros. Esta brochura aborda as medidas práticas que possibilitaram a criação da economia nacional de novo tipo, na base socialista, resolvendo ao mesmo tempo importantes tarefas políticas e ideológicas.

O livro destina-se a um vasto círculo de leitores e especialistas.

ASSIM COMEÇOU O SOCIALISMO

A colecção *Assim Começou o Socialismo* dá a conhecer ao leitor os primeiros passos do Poder Soviético na construção de uma nova sociedade, a sociedade socialista, depois da vitória da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia. Nela são também

focados, em maior ou menor grau, os problemas que os países em vias de desenvolvimento resolvem durante a realização das transformações sócio-económicas.

Da colecção fazem parte sete livros:

1. S. Dzarássov. *Os Primeiros Passos do Socialismo*
2. N. Kufakova. *Administração do Estado no Período de Transição*
3. V. Narzikúlov. *Como Surgiu a Direcção Planificada da Economia*
4. L. Málicheva, A. Variokha. *A Criação da Base Industrial do Socialismo*
5. V. Bezbakh. *Economia Agrária: Via para o Socialismo*
6. I. Malkóvskia. *Quem Construiu o Socialismo?*
7. A. Kiva. *O Imperialismo e a Luta pelo Progresso Social*

